

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL APRESENTA O PROGRAMA DE SALVAÇÃO NACIONAL

VOZ OPERÁRIA

N. 242 ☆ Rio de Janeiro, 2-1-1954



DECLARAÇÃO SOBRE O PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

O COMITÊ Central do Partido Comunista do Brasil elaborou o projeto de Programa do Partido que entrega nesta data ao conhecimento do Partido, da classe operária e de todo o povo brasileiro para estudo e discussão.

É este um Programa de salvação nacional. Em torno dele deverá formar-se a ampla frente única de todas as forças progressistas, democráticas, populares e libertadoras do país, a frente democrática de libertação nacional. Esta ampla frente democrática de libertação nacional será a força capaz de conduzir nossa Pátria e nosso povo a um futuro livre, feliz e radioso.

Dirigimo-nos a todas as organizações democráticas, aos diversos partidos políticos, assim como aos patriotas e democratas de todas as opiniões e tendências e a todos convidamos para o debate livre e honesto das importantes questões que levantamos no projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil.

Semelhante debate democrático só pode ser proveitoso aos interesses da luta de nosso povo contra o jugo do imperialismo norte-americano, contra a tirania do governo de Vargas e por um governo democrático de libertação nacional.

a) LUIZ CARLOS PRESTES

Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil

I

O BRASIL SOB O JUGO CRESCENTE DOS IMPERIALISTAS AMERICANOS

1. O Brasil é um país imenso e dotado de grandes riquezas naturais. Em seu sub-solo existem riquíssimas jazidas de ferro, petróleo, carvão, manganês, ouro e outros minerais; dispõe de terras fertilíssimas e de clima favorável ao cultivo dos mais variados produtos agrícolas; seus extensos vales e planaltos possibilitam a criação de toda espécie de gado. Nosso país possui vastas florestas e grandes reservas hidráulicas que poderiam ser utilizadas para o bem-estar do povo, para a construção de sistemas de irrigação contra as secas e para a eletrificação da economia nacional.

Apesar destas imensas possibilidades, a situação do povo brasileiro é cada dia mais penosa e insuportável. Brasileiros morrem de fome nas estradas do Nordeste e até mesmo nos grandes centros industriais do país. A tuberculose e outras doenças matam ou inutilizam milhões de pessoas. Sem escolas nem hospitais, o povo vive na ignorância e morre ao desamparo. Vivendo num país tão rico, o povo brasileiro vegeta na miséria, em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros.

Em poder dos monopólios americanos já estão as nossas maiores riquezas minerais. A United States Steel e a Bethlehem Steel apoderaram-se da produção de manganês.

A Standard Oil luta abertamente pela posse de nossas jazidas de petróleo. Banqueiros americanos controlam a produção de minério de ferro e a produção siderúrgica de Volta Redonda. Nas mãos da Light e da Bond and Share estão cerca de 90% de toda a produção de energia elétrica do país. Sob o controle do capital norte-americano já se encontra grande parte da indústria do Brasil.

O comércio externo do Brasil acha-se sob o controle dos imperialistas americanos, que fixam preços de acordo com seus interesses, assumem a posição de intermediários na venda de alguns de nossos produtos, impedem ao Brasil manter relações comerciais com todos os países. Os monopólios americanos nos obrigam a exportar nossos produtos por preços ínfimos e a pagar preços excessivos pelos artigos que importamos. Firmas monopolistas norte-americanas controlam a maior parte das exportações de café e dominam o comércio, o beneficiamento e as exportações de algodão.

O capital norte-americano predomina nos transportes aéreos, controla as ferrovias e ameaça de aniquilamento a marinha mercante nacional. Rockefeller organiza no país grandes empresas agrícolas que visam a controlar importantes centros produtores e os frigoríficos americanos açambarcam terras e organizam grandes plantações e fazendas de criação de gado.

Os monopólios americanos conseguem câmbio especial e privilegiado para a remessa de seus lucros para o exterior, sem qualquer limitação e contra as próprias leis do país. Simultaneamente, o capital empregado no Brasil pelos monopolistas americanos aumenta rapidamente com os lucros acumulados, o que reclama a remessa sempre crescente de lucros para o exterior. As inversões de capital americano no Brasil constituem poderosas bombas de sucção que absorvem grande parte da renda nacional e parcela considerável do valor ouro das exportações nacionais.

Toda a economia brasileira vai sendo, assim, transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos.

Os imperialistas norte-americanos interferem diretamente em toda a vida administrativa do país, põem a seu serviço o aparelho de Estado brasileiro para explorar e oprimir desenfreadamente o nosso povo, saquear os recursos naturais do país e arrancar lucros máximos.

Nossa pátria perde rapidamente suas características de nação soberana e é invadida pelos agentes dos monopólios americanos. Os representantes do Brasil no estrangeiro passam a instrumentos servis do Departamento de Estado norte-americano. Nossas forças armadas são submetidas ao

(Continua na página seguinte)

PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(Continuação da página anterior)

Comando de oficiais e sargentos lanques e os governantes do país devem ostensivamente à categoria de empregados do governo dos Estados Unidos. Por intermédio da imprensa, do rádio, do cinema, da literatura e da arte, reduzidos a instrumentos de colonização, procuram os agentes americanos liquidar as mais caras tradições de nosso povo e a cultura nacional.

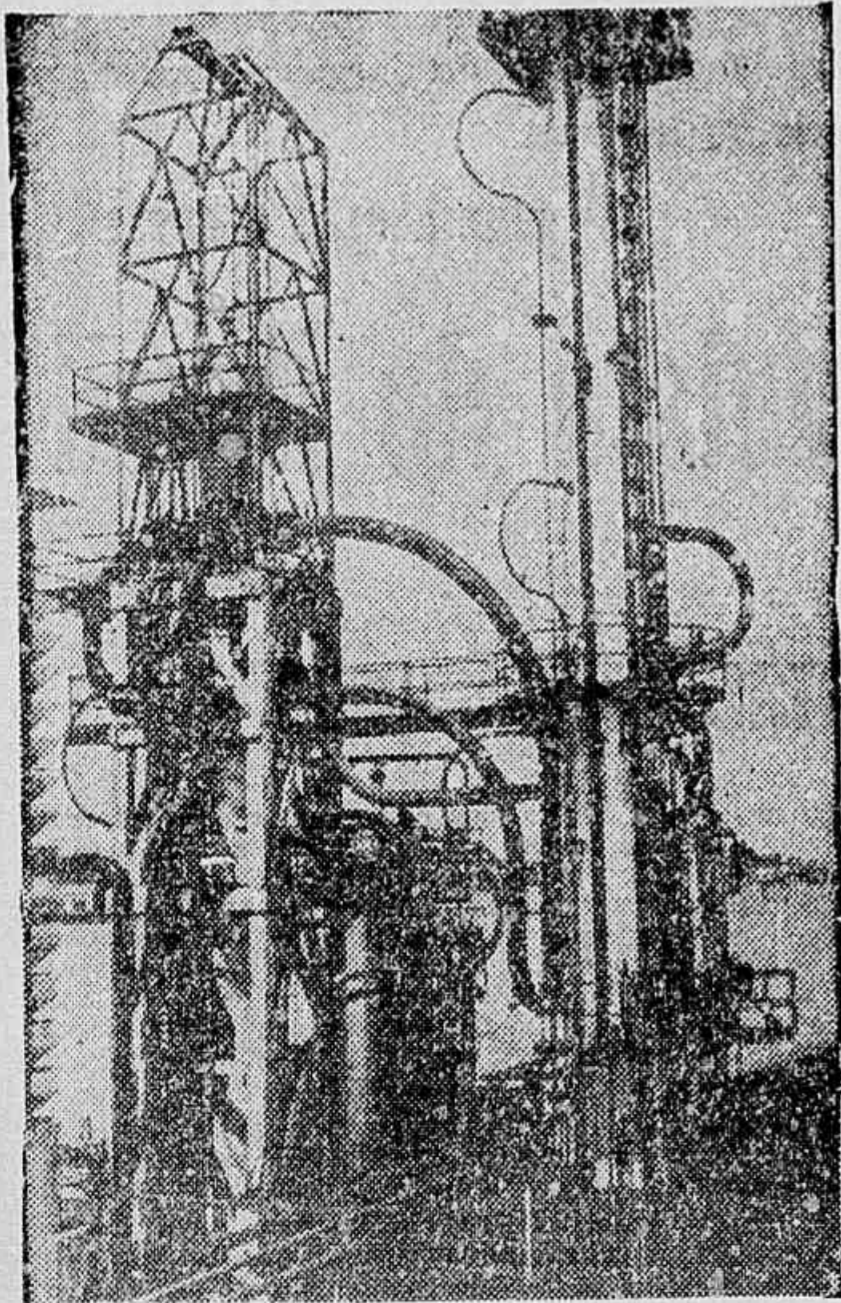
Os imperialistas americanos penetram, assim, em todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilham o nosso povo, liquidam a independência e a soberania da nação, que tratam de reduzir por completo a situação de colônia dos Estados Unidos.

Semelhante situação ameaça o povo brasileiro de escravização total e compromete seriamente o futuro da nação.

2. Esta dominação torna-se ainda mais pesada devido à militarização intensiva do Brasil. Aumentam as despesas públicas, cresce a inflação monetária, elevam-se os impostos e sobem rapidamente os preços internos — situação que pesa duramente sobre todas as camadas da população.

Os milhões de operários brasileiros sofrem duras privações com a baixa do salário real, com as novas formas de exploração e com o desemprego que tende a se alastrar. Estabelece-se o sistema de multas a pretêxo de assiduidade ao trabalho. São anulados, um a um, seus direitos e conquistas sociais. As greves são reprimidas pela violência. O atual governo intervém nos sindicatos e nas eleições sindicais, coloca policiais e agentes dos imperialistas americanos em diretorias de sindicatos. Os operários vivem subalimentados, moram em casebres miseráveis, adoecem e morrem sem o necessário socorro médico. Entre eles grassam as enfermidades profissionais e a tuberculose. Os filhos dos operários não têm assegurada a instrução profissional e mal podem frequentar a escola primária.

A população camponesa, constituída pelos milhões de meeiros, agregados, arrendatários, sítiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, peões, etc., que representa 70% da população brasileira, na sua maior parte não possui terra e vive brutalmente explorada, privada de quaisquer direitos e submetida ao arbítrio dos donos dos latifúndios, seja nas fazendas, estâncias de criação de gado, engenhos ou usinas de açúcar. Abandonados ao analfabetismo, vítimas de epidemias, descalfos e semi-nús, morando em choupanas, dispoem apenas da enxada como ferramenta agrícola, milhões de camponeses vivem na miséria. Esta situação agrava-se cada vez mais em consequência do contínuo aumento dos preços das ferramentas, dos adubos e inseticidas, com a especulação crescente dos intermediários protegidos do governo — que dispõem de crédito fácil no Banco do Brasil, com a elevação dos impostos, das tarifas ferroviárias, com a arbitrária e unilateral fixação dos preços dos produtos agrícolas e pecuários. Os assalariados agrícolas ganham salários de fome. Os pequenos e médios proprietários, expoliados pelos grandes fazendeiros e usurários, não têm garantias de posse da terra que é constantemente ameaçada pelos latifundiários e pelas autoridades governamentais. Os pequenos e médios arrendatários são vítimas de contratos leoninos, não podem dispor da própria produção que é praticamente confiscada pelos latifundiários e são frequentemente expulsos das terras. As secas do Nordeste e as inundações em diversos pontos do país são verdadeiras calamidades para a população pobre que se vê na contingência de emigrar para outras regiões na maior miséria e sem o menor auxílio do governo, para morrer aos milhares pelos caminhos ou, finalmente, cair nas garras de outros exploradores. A luta dos camponeses pela posse da terra



"A Standard Oil luta abertamente pela posse de nossas jazidas de petróleo"

e contra o arbítrio e a exploração dos latifundiários é violentamente esmagada e afogada em sangue pelo governo.

As camadas médias das cidades atravessam grandes dificuldades. Os ordenados e vencimentos do funcionalismo público, dos empregados no comércio e nos escritórios, dos bancários e dos militares, são cada vez mais insuficientes para fazer face à crescente carestia da vida. A intelectualidade brasileira, elementos de profissões liberais, cientistas, técnicos, escritores, artistas, cineastas e professores, que não se prestam ao papel de lacaios dos americanos e defendem a cultura nacional são perseguidos, sofrem crescentes privações e enfrentam os maiores obstáculos para o desenvolvimento de sua atividade criadora e profissional.

Não é melhor a situação dos artesãos, dos pequenos industriais e dos pequenos comerciantes, que sofrem as consequências da inflação, da diminuição dos negócios, da falta de crédito e dos altos juros bancários, dos impostos extorsivos, que lutam com dificuldades crescentes para desenvolver a produção e os negócios e sentem-se inseguros e desesperados.

Industriais e comerciantes brasileiros não podem desenvolver seus negócios devido ao baixo poder aquisitivo das massas trabalhadoras e à concorrência das mercadorias importadas dos Estados Unidos. Os monopólios americanos controlam ramos inteiros da produção brasileira, sufocam e freiam por todas as formas o desenvolvimento da indústria nacional, impedem por todos os meios a criação de indústrias básicas indispensáveis para a libertação do Brasil da dependência econômica em que se encontra. O controle dos créditos bancários, dos meios de transporte, da distribuição das matérias primas, das licenças de importação e exportação, é utilizado pelos imperialistas americanos contra os industriais e comerciantes brasileiros. A importação de equipamentos necessários ao desenvolvimento industrial torna-se cada vez mais difícil e aumentam as restrições à importação de matérias primas indispensáveis à indústria nacional.

Mesmo alguns setores de agricultores e pecuaristas lutam com dificuldades crescentes diante da posição monopolista das firmas americanas no comércio exterior do Brasil. O governo americano impõe preços-teto aos nossos produtos de exportação e impede que nossos produtos agrícolas e pecuários sejam exportados, em condições vantajosas, para outros países como a União Soviética e a China, que representam enormes mercados.

São as mais funestas, pois, as consequências para o Brasil da crescente dominação imperialista norte-americana. A militarização do Brasil e de sua economia atinge a imensa maioria da população do país.

3. Os imperialistas norte-americanos, além da pilhagem das riquezas nacionais e da exploração desenfreada de nosso povo, querem arrastar o Brasil à guerra de agressão que preparam, não escondem a intenção de utilizar o povo brasileiro como carne de canhão.

A propaganda dos imperialistas americanos e de seus lacaios brasileiros procura incutir em nosso povo a idéia da necessidade de participação do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos. Mas a guerra que os imperialistas americanos preparam é uma guerra de agressão e conquista com o objetivo de dominar o mundo e escravizar os povos para obter lucros máximos. Não podendo realizar sozinho essa tarefa sinistra, os imperialistas americanos procuram fazer a guerra com as mãos alheias, à custa do sangue de outros povos. Como o Brasil é um grande país, possui numerosa população e imensos recursos, os imperialistas americanos tentam arrastar nosso povo à guerra, na qualidade de fornecedor de soldados e de produtos estratégicos, e querem utilizar nosso solo como praça de armas para assegurar o completo domínio colonial do Brasil e de toda a América Latina.

Por esse caminho seria o povo brasileiro reduzido ao papel de mercenário dos exércitos imperialistas e arrastado à mais ignominiosa das derrotas. A história ensina que a guerra preparada pelos Estados Unidos contra a União Soviética, a China e as Democracias Populares é uma aventura condenada de antemão a completo fracasso. A derrota dos agressores americanos na Coreia é uma prova evidente de que os novos candidatos ao domínio do mundo serão esmagados, caso tentem repetir a sangrenta aventura de Hitler. A poderosa União Soviética é muito mais forte hoje



"O atual governo brasileiro é um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos. E' por seu intermédio que os monopolistas lanques saqueiam o país e exploram nosso povo" (No clichê Getúlio confraternizando com o presidente das Companhias Associadas do Grupo Light, J. ...)

do que quando derrotou o eixo fascista, ao seu lado estão a grande China e as Democracias Populares, formando um bloco solidamente unido e invencível. Enquanto isto, no campo dos agressores imperialistas, dirigido pelos Estados Unidos, agravam-se as contradições internas que o minam e enfraquecem. Se os imperialistas americanos se lançarem a uma nova guerra, sua derrota será inevitável.

A participação em qualquer guerra de agressão ao lado dos Estados Unidos significaria para o Brasil não apenas uma aventura injustificável do ponto de vista político e moral, mas ainda a completa ruína do país, o massacre de sua mocidade, a miséria ainda maior de toda a população. Não é este o caminho que convém ao Brasil.

4. Os supremos interesses do povo brasileiro reclamam a completa rutura com a política norte-americana agressiva, guerreira e colonizadora. O Brasil só pode progredir tomando outro caminho: o caminho da colaboração pacífica com os países amantes da paz, do entendimento em pé de igualdade com todos os povos, da defesa intransigente de sua soberania e da independência nacional. Para ingressar neste caminho o Brasil precisa liquidar a odiosa dominação americana e estreitar as relações econômicas e culturais com todos os países que reconheçam e respeitem nossa independência, antes de tudo com a União Soviética e a China.

A paz e a colaboração pacífica com todos os países podem assegurar ao Brasil amplos mercados para o excesso exportável de sua produção agro-pecuária e industrial, facilidades ilimitadas para a aquisição de equipamentos e matérias primas necessárias ao amplo desenvolvimento da indústria nacional.

O caminho da paz e da colaboração pacífica com todos os povos é o caminho do progresso do Brasil, do rápido florescimento da economia nacional, é o caminho da liberdade e da independência, que permitirá a elevação do nível cultural da nação e uma vida livre e feliz para o nosso povo. Este o caminho para que o Brasil ocupe relevante posição, como nação livre e independente, no seio da comunidade internacional das nações.

II

O ATUAL GOVERNO BRASILEIRO É UM INSTRUMENTO DOS IMPERIALISTAS NORTE-AMERICANOS

1. O atual governo brasileiro é um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos. E' por seu intermédio que os monopolistas lanques saqueiam o país e exploram ao nosso povo.

O governo de Vargas tudo faz para facilitar a penetração do capital americano em nossa terra, a crescente dominação dos imperialistas norte-americanos e a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos. A lei do país são interpretadas ao sabor dos interesses dos magnatas americanos ou modificadas segundo os desejos e as ordens da embaixada dos Estados Unidos.

A política externa do governo de Vargas é ostensivamente ditada pelo Departamento de Estado norte-americano, sendo a delegação brasileira na ONU mundialmente conhe-

cida por sua atuação subserviente ao governo dos Estados Unidos.

As ordens dos imperialistas americanos são transformadas pelo governo de Vargas em leis do país, sempre com o objetivo de tornar mais fácil aos monopolistas americanos o assalto às riquezas nacionais e a exploração redobrada de nosso povo. Contra a vontade manifesta da nação, o governo de Vargas firmou com os Estados Unidos o "acôrdio militar" e outros tratados lesivos aos interesses brasileiros. As forças armadas nacionais são entregues ao comando direto de generais e almirantes americanos que as preparam ostensivamente para as guerras de agressão

(Continua na página seguinte)

PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(Continuação da página anterior)

planejadas pelos incendiários de guerra dos Estados Unidos. No aparelho estatal são colocados pelo governo de Vargas os "técnicos", "assistentes" e "conselheiros" norte-americanos que interferem diretamente em toda a vida administrativa do país. Por intermédio de seus agentes, colocados pelo governo de Vargas à testa dos serviços secretos das forças armadas e de todas as organizações policiais do país, a política política americana intervém na vida política da nação e persegue os cidadãos brasileiros que não se submetem à escravidão americana ou que lutam pela liberdade e em defesa da soberania e pela independência do Brasil.

A pretensão de ajuda norte-americana ao desenvolvimento da economia nacional, o governo de Vargas entrega aos agentes americanos a direção da política econômica e financeira do Brasil, que passa a ser orientada segundo os planos belicistas do governo dos Estados Unidos. Milhões de dólares e de cruzelros são gastos na compra de armamentos, na construção de bases aéreas e navais, na construção e melhoramento de trechos de vias férreas e de alguns portos, com o objetivo de facilitar o transporte e o embarque para o exterior de matérias primas para a máquina de guerra norte-americana ou de permitir a movimentação de grandes efetivos militares e o reabastecimento de grandes esquadras navais e aéreas. Para a compra nos Estados Unidos de materiais necessários à realização de tais obras, o governo de Vargas contrai empréstimos onerosos que arruinam o país e o colocam sob o jugo colonizador do governo de Washington. Realizando a política de completa alienação da soberania nacional, o governo de Vargas procura inculcar na mocidade estudantil e nos meios literários, artísticos e científicos, sentimentos de desprezo pelas tradições nacionais e de subserviência às idéias cosmopolitas e ao obscurantismo racista dos imperialistas americanos.

2. A causa desta política de traição nacional está no próprio regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano que o governo de Vargas representa. Não é possível libertar o Brasil do jugo imperialista sem liquidar este regime.

Os latifundiários e grandes capitalistas submetem-se aos imperialistas norte-americanos porque, como estes, desejam uma nova guerra mundial e estão interessados na exploração e na escravização do povo brasileiro. Voltam-se por isso para os incendiários de guerra americanos na esperança de fazer bons negócios com novas guerras, de obter grandes lucros com a venda de matérias primas e gêneros alimentícios por preços exorbitantes e de ganhar bilhões neste negócio sangrento.

Os latifundiários e grandes capitalistas voltam-se para os imperialistas americanos porque sentem medo crescente do povo. Através do governo de Vargas e com o apoio dos dólares e das armas americanas querem defender seus privilégios e impedir o progresso do Brasil. Apoiados nos imperialistas americanos, condenam a maioria da nação à miséria e à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição.

Arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura — eis o objetivo de toda a política do governo de Vargas. Esta política, que corresponde aos interesses de uma minoria reacionária, choca-se irreconciliavelmente com os interesses da maioria esmagadora da população do Brasil, com os supremos interesses da nação.

É certo que o governo de Vargas é um governo eleito no pleito de 1950. Isto não significa, no entanto, que as eleições exprimam a vontade da maioria da população brasileira nem que o nosso povo goze de efetiva liberdade ou possa, através do uso de seus direitos constitucionais, substituir o atual regime ou nele introduzir modificações radicais. A atual Constituição brasileira, se bem que registre algumas conquistas democráticas, é no essencial um código de opressão contra o povo. Garante aos latifundiários o monopólio da terra, como direito sagrado; assegura à minoria opressora e exploradora a direção política do país. O direito de voto é concedido apenas aos que sabem ler e escrever, quando mais da metade da população do Brasil é de analfabetos. Os soldados e marinheiros não têm direito de serem eleitos. Nem todos os partidos políticos, inclusive o Partido político da classe operária, o Partido Comunista, podem participar das eleições, enquanto os eleitores que se opõem ao regime dominante sofrem brutais perseguições policiais e são assassinados. As grandes massas camponesas, que vivem reduzidas à servidão, praticamente não podem participar de eleições senão para votar nos can-



"A violência contra o povo é a arma principal a que recorre o Governo de Vargas. Simultaneamente, faz uso, porém, de desenfreada demagogia e recorre às mais cínicas promessas de "reformas", de mudanças "radicais" até mesmo na estrutura econômica e social do Brasil"

didatos impostos pelos proprietários das terras em que vivem. Com o monopólio dos meios de propaganda, da imprensa e do rádio, pelos grandes capitalistas e latifundiários, a serviço dos imperialistas americanos, só há liberdade efetiva de propaganda para os candidatos dos ricos. Embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em sua luta, elas não passam, nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime.

Mesmo esta Constituição não é cumprida e respeitada pelo governo de Vargas. Os direitos democráticos, registrados na Constituição, são sistematicamente violados pelas autoridades do Estado reacionário e policial. Contra a letra da Constituição, são elaboradas leis como a atual Lei de Segurança, que liquida na prática todas as liberdades individuais. Os juizes e tribunais de justiça, continuando as tarefas da polícia, interpretam e aplicam as leis segundo os interesses dos latifundiários e grandes capitalistas serviços dos imperialistas americanos, condenam a longos anos de prisão todos os que se opõem ao atual regime de exploração e opressão. A Constituição é usada apenas como máscara para tentar ocultar o caráter tirânico do governo.

A violência contra o povo é a arma principal a que recorre o governo de Vargas. Simultaneamente, faz uso, porém, de desenfreada demagogia e recorre às mais cínicas promessas de "reformas", de mudanças "radicais" até mesmo na estrutura econômica e social do Brasil. Para tentar iludir os camponeses, Vargas promete realizar uma reforma agrária. Mas a reforma agrária proposta por Vargas é para uma insignificante minoria, pois somente uma parte mínima das terras improdutivas seria utilizada nessa reforma. E os poucos camponeses que recebessem um lote de terra teriam ainda que pagar pesadas indenizações ao governo. Além disso, com essa reforma, o governo procura legalizar o atual sistema de arrendamento. É evidente que tal "reforma" nada pode dar à maioria esmagadora dos camponeses, que necessitam de terra e desejam libertar-se dos arrendamentos escravizadores. Aos camponeses é necessária, não essa falsa reforma agrária, mas uma reforma agrária verdadeiramente revolucionária que lhes entregue as terras dos latifundiários e as do Estado, assim como os instrumentos de trabalho nelas existentes. Todas essas manobras de Vargas são realizadas com o objetivo de defender os privilégios da minoria reacionária, de garantir o monopólio da terra e de conservar as relações semi-feudais na agricultura.

O governo de Vargas é, portanto, um governo de preparação de guerra e de traição nacional, é um governo inimigo do povo. O governo de Vargas é um instrumento útil e necessário aos imperialistas americanos e que facilita a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos.

3. O Brasil necessita de outro governo, de um governo efetivamente do povo, capaz de defender os interesses da maioria esmagadora da nação. Um governo que seja o legítimo representante das mais amplas camadas progressistas e anti-imperialistas será capaz de liquidar a odiosa dominação dos imperialistas americanos, de confiscar os capitais e empresas dos monopólios ianques e de realizar uma política de paz e de colaboração com todos os povos em igualdade de condições, como reclamam os superiores interesses da nação. Este governo do povo será capaz de liquidar os restos feudais e os grandes latifúndios e assegurará a distribuição gratuita da terra aos camponeses e a todos que desejem viver do trabalho agrícola. Este governo do povo será capaz de acabar com o analfabetismo e o atraso, de pôr fim às endemias, às negociatas, às despesas inúteis em benefício de uma minoria de privilegiados, aos gastos de preparação para a guerra, utilizando tais recursos nos socorros imediatos e eficientes das populações flageladas e mais pobres. Este governo do povo será capaz de implantar um regime de plena liberdade e de democracia para o povo, de assegurar aos operários e demais trabalhadores suas

conquistas e seus direitos, de garantir a toda a população brasileira uma vida próspera, livre e feliz.

Se queremos viver e prosperar, se queremos que nossa pátria alcance o futuro radioso a que tem direito, se queremos nos livrar da odiosa escravização americana e tirar o nosso povo do atraso, da miséria e da ignorância em que vegeta, é indispensável acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas americanos, derrubar o governo de Vargas.

4. O Partido Comunista do Brasil está convencido de que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional, governo do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

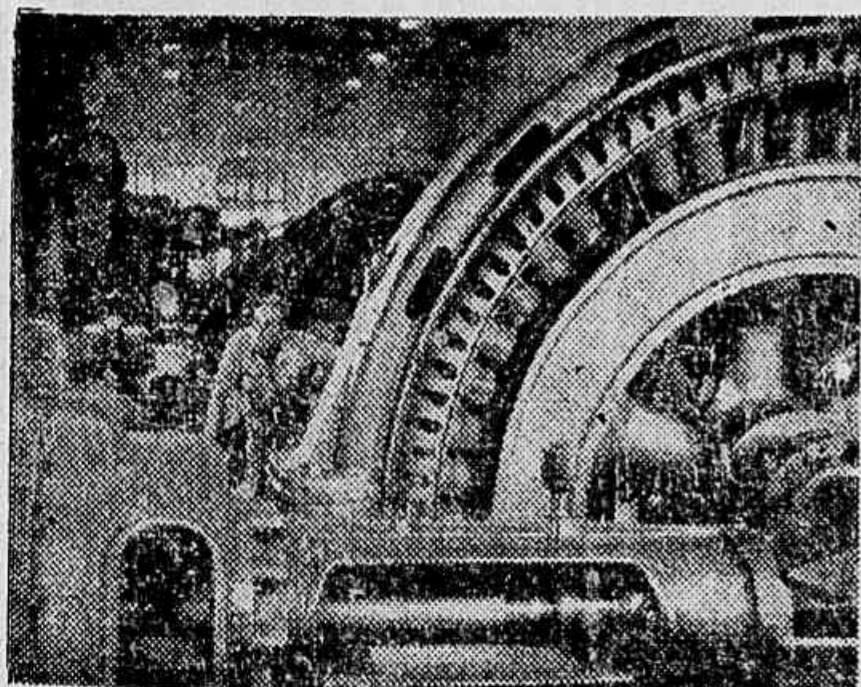
O Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas. É perfeitamente realizável, no entanto, a tarefa de substituir o atual governo anti-popular e anti-nacional por um governo do povo que liberte o Brasil do domínio do imperialismo americano, dos latifundiários e dos grandes capitalistas, serviços do imperialismo.

O governo democrático de libertação nacional será um governo autenticamente democrático e popular. Será um governo patriótico e de paz, de defesa da soberania e da independência nacional. Será o governo de salvação do Brasil e da felicidade do povo brasileiro.

(Continua na página seguinte)



"As secas do Nordeste e as inundações em diversos pontos do país são verdadeiras calamidades para a população pobre que se vê na contingência de emigrar para outras regiões na maior miséria e sem o menor auxílio do governo, para morrer aos milhares pelos caminhos ou, finalmente, nas garras de outros exploradores."



"As mãos da Light e da Bond and Share estão cerca de 90% de toda a produção de energia elétrica do país"

PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

III

É INEVITÁVEL A REVOLUÇÃO AGRÁRIA E ANTI-IMPERIALISTA E A SUBSTITUIÇÃO DO ATUAL GOVERNO POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

É inevitável a substituição do governo de Vargas, a revolução democrática de libertação nacional. O povo brasileiro levantar-se-á contra o atual estado de coisas, não admitirá que o governo de Vargas reduza o Brasil a colônia dos Estados Unidos. O atual regime de exploração e opressão a serviço dos imperialistas americanos deve ser destruído e substituído por um novo regime, o regime democrático popular. São, portanto, profundas transformações econômicas e sociais que reclamam os supremos interesses da nação.

O Partido Comunista do Brasil exigirá que o governo democrático de libertação nacional, surgido da luta libertadora de nosso povo, realize e consagre em leis as seguintes transformações democráticas e progressistas na estrutura econômica e social do Brasil:

Política externa e defesa da independência nacional

- 1 — Anulação de todos os acordos e tratados, lesivos aos interesses nacionais, concluídos com os Estados Unidos.
- 2 — Confiscação de todos os capitais e empresas pertencentes aos monopólios americanos que operem no Brasil e anulação da dívida externa do Brasil com o governo dos Estados Unidos e os bancos norte-americanos.
- 3 — Expulsão do Brasil de todas as missões militares, culturais, econômicas e técnicas norte-americanas.
- 4 — Relações amistosas e colaboração pacífica com todos os países, especialmente com os países capazes de colaborar com o Brasil sem qualquer discriminação, na base de plena igualdade de direitos e de mútuos benefícios.
- 5 — Adoção de medidas que favoreçam a manutenção da paz. Proibição da propaganda de guerra e punição para os propagandistas de guerra.

Regime político democrático popular

- 6 — Soberania do povo — o único poder legítimo é o que vem do povo. Será abolido o Senado Federal. O Congresso Nacional, constituído pelos representantes eleitos pelo povo, exerce o poder supremo do Estado. Todos os órgãos do novo regime, dos inferiores aos superiores, serão eleitos pelo povo. Aos eleitores cabe o direito de cassar a qualquer momento o mandato de seus representantes.
- 7 — O Presidente da República será eleito pelo povo e o seu mandato terá a duração de quatro anos. Governará por intermédio de um Conselho de Ministros responsável perante o Congresso Nacional.
- 8 — Todos os cidadãos que tenham completado 18 anos de idade, independentemente de sexo, bens, nacionalidade, residência e instrução, terão direito a eleger e ser eleitos. Gozarão destes mesmos direitos os analfabetos, bem como os militares de qualquer graduação, inclusive os soldados e os marinheiros. Será assegurada a representação proporcional dos partidos políticos em todas as eleições.
- 9 — Os Estados, Municípios, Territórios Federais e o Distrito Federal terão autonomia política e administrativa com a eleição pelo povo de todos os órgãos do Poder.
- 10 — É assegurada a inviolabilidade da pessoa humana e de domicílio. Ampla liberdade de pensamento, de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de cátedra, de crença e culto religioso, liberdade de movimento e de profissão.
- 11 — Abolição de todas as discriminações de raça, de religião, nacionalidade, etc., e punição aos transgressores. É livre a instrução em língua materna aos filhos dos imigrantes estrangeiros.
- 12 — Separação do Estado de todas as instituições religiosas. O Estado será leigo.
- 13 — Democratização das forças armadas e criação do exército, da marinha e da aviação nacional-populares, estreitamente ligados ao povo, que defendam a paz, a independência nacional e as conquistas democráticas do povo. Os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais gozarão de plenos direitos civis e de liberdade de atuação política e terão asseguradas condições de vida normais e humanas. Livre acesso das praças de pret ao oficialato.
- 14 — Completa supressão das organizações policiais de repressão. As polícias militares serão democratizadas e incorporadas às forças armadas nacional-populares. Substituição das demais organizações policiais pela milícia popular.
- 15 — Justiça rápida e gratuita com juizes e tribunais eleitos pelo povo.
- 16 — Abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre as mulheres. As mulheres terão direitos iguais aos homens em caso de herança, casamento, divórcio, profissão, cargos públicos, etc. O Estado dará proteção especial e gratuita à maternidade e à infância.
- 17 — Estímulo às atividades literárias, artísticas, técnicas e científicas de caráter pacífico, com pleno apoio e ajuda do Estado.
- 18 — Proteção e estímulo aos esportes e à educação

física do povo. Construção pelo Estado de campos de esporte, ginásios, pistas, estádios populares, etc.

19 — Ajuda do Estado à construção de casas para o povo, de maneira a assegurar dentro do menor prazo residência digna e barata para a população trabalhadora.

20 — Organização de um serviço de assistência médica a toda a população e criação de postos de higiene em todo o país. Combate sistemático às endemias.

21 — Instrução primária obrigatória e gratuita, assegurada pela construção de uma rede de escolas em todo o país, a fim de liquidar o analfabetismo. O Estado assegurará aos estudantes livros didáticos e materiais escolares a baixo preço. Redução gradativa de todas as taxas escolares. Garantia de emprego para os jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores.

22 — Ajuda e proteção especial às populações aborígenes e defesa de suas terras. Os indígenas terão direito à organização livre e autônoma.

23 — Ajuda do Estado, rápida e eficiente, às populações vítimas pela seca, inundações e outros flagelos, por meio principalmente de concessões de terras produtivas, de máquinas e ferramentas de trabalho, de crédito sem juros e a longo prazo. Assegurar às populações obrigadas a emigrar de seus lugares natais condições que lhes permitam reconstruir seus lares.

24 — Ampla reforma tributária, com a supressão de todos os impostos e taxas injustos, instituição do imposto progressivo sobre a renda e simplificação de todo o sistema tributário. Implantação de controle efetivo sobre os preços, medidas práticas contra a inflação e realização da reforma monetária que assegure a estabilidade da moeda nacional.

Desenvolvimento independente da economia nacional

25 — Garantia de liberdade de iniciativa para os industriais e liberdade para o comércio interno. O governo democrático de libertação nacional não confiscará as empresas e os capitais da burguesia nacional. Entretanto, serão confiscados e nacionalizados os capitais e empresas dos grandes capitalistas que traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas americanos.

26 — Defesa da indústria nacional. Impedir que os produtos estrangeiros importados, especialmente dos Estados Unidos, possam prejudicar as indústrias já existentes no Brasil ou dificultar a criação de novas. Assegurar o livre desenvolvimento da indústria de paz.

27 — Desenvolvimento independente da economia nacional e preparo das condições para a industrialização intensiva do país com a utilização dos capitais e das empresas confiscadas aos imperialistas americanos. Para o mesmo fim atrair a colaboração de capitais privados, aos quais serão garantidos lucros e a defesa de seus interesses, segundo lei especial.

28 — Regulamentação do comércio externo para a de-



"Os industriais e comerciantes brasileiros não podem desenvolver seus negócios devido ao baixo poder aquisitivo das massas trabalhadoras e à concorrência das mercadorias importadas dos Estados Unidos. Os monopólios americanos controlam ramos inteiros da produção brasileira, sufocam e freiam por todas as formas o desenvolvimento da indústria nacional, impedem por todos os meios a criação de indústrias básicas indispensáveis para a libertação do Brasil da dependência econômica em que se encontra"

fesa da produção nacional. Abolição de todas as restrições injustas que dificultam a importação de máquinas e de matérias primas estrangeiras necessárias ao desenvolvimento da economia nacional.

29 — Ajuda pelo Estado aos artesãos e a todos os produtores pequenos e médios por meio de concessão de créditos, facilidades para a aquisição de matérias primas ou fornecimento de máquinas e instrumentos de trabalho.

30 — Atrair a colaboração de governos e capitalistas estrangeiros, cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam aos interesses nacionais e à industrialização do Brasil e submetam-se às leis brasileiras.

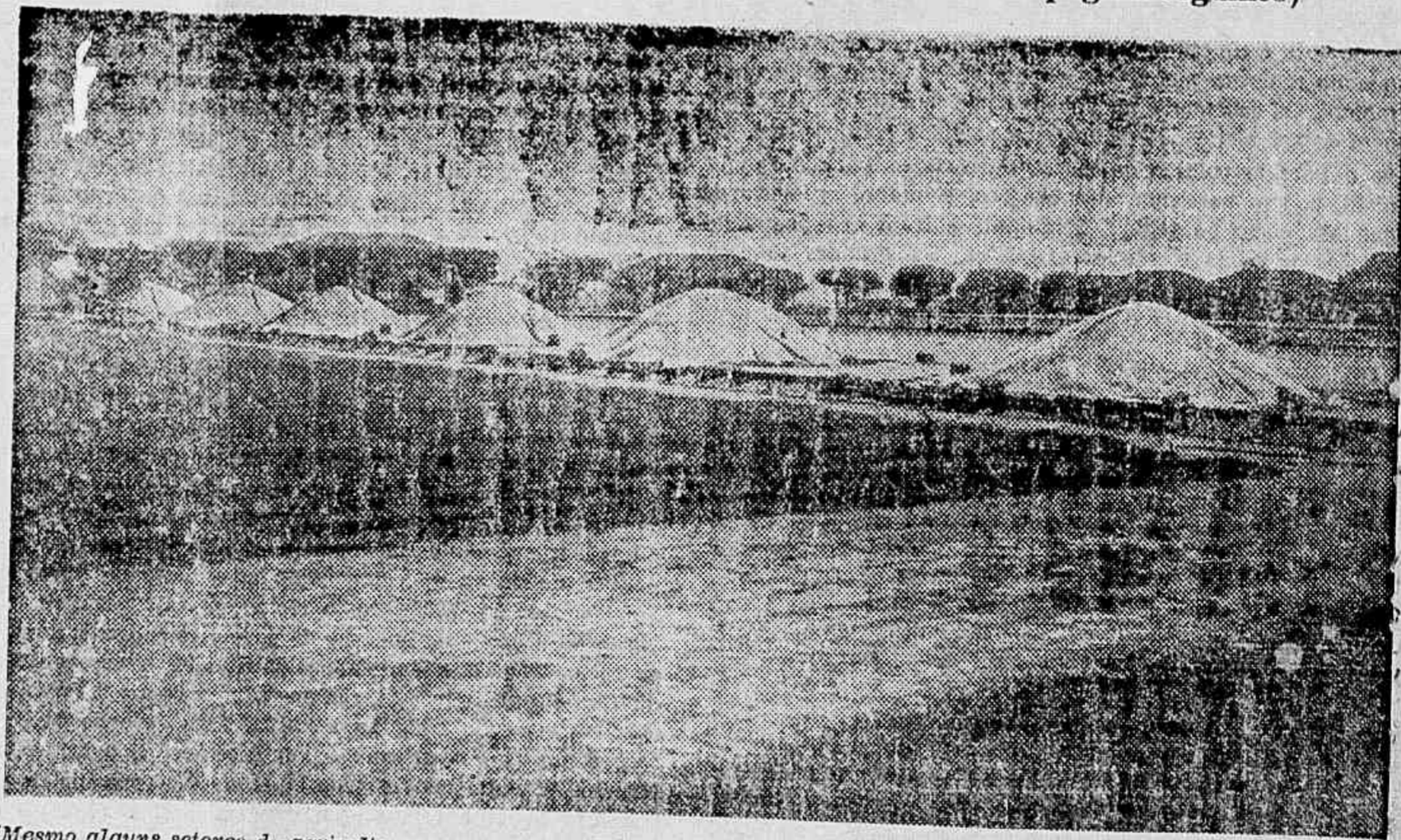
Melhoria radical da situação dos operários

31 — Fixação do salário mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas para os operários e suas famílias em todo o país. Salário igual para igual trabalho, sem distinção de sexo, idade ou nacionalidade.

32 — Aplicação efetiva da jornada de trabalho de 8 horas e da semana de 44 horas para todos os trabalhadores. Jornada de 6 horas para os que trabalham no sub-solo ou em profissões insalubres e para os menores.

33 — Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos trabalhadores das empresas estatais e aos assalariados agrícolas. Os sindicatos fiscalizarão a justa aplicação da legislação social.

(Continua na página seguinte)



"Mesmo alguns setores de agricultores e pecuaristas lutam com dificuldades crescentes diante da posição monopolista das firmas americanas no comércio exterior do Brasil. O governo americano impõe preços-teto aos nossos produtos de exportação e impede que nossos produtos agrícolas e pecuários sejam exportados, em condições vantajosas, para outros países como a União Soviética e a China, que representam enormes mercados". (No clichê um terreno de secagem de café, nosso principal produto de exportação).

PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(Continuação da página anterior)

34 — Garantia da livre organização e do livre funcionamento das organizações sindicais. Os sindicatos terão o direito de realizar livremente contratos coletivos de trabalho com as empresas privadas e estatais e de fiscalizar a sua execução.

35 — Assistência e previdência social por conta do Estado e dos capitalistas em todas as formas, incluindo os desempregados. Aposentadoria e pensão, bem como auxílio aos acidentados no trabalho, de acordo com as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias. Administração e controle dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões pelos sindicatos.

36 — Abolição das formas de trabalho forçado, das leis de militarização do trabalho e de todas as multas, inclusive por motivo de falta ao trabalho.

Reforma agrária e ajuda aos camponeses

37 — Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

38 — Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses: melação, força e todas as formas de prestação de serviços gratuitos, abolição do vale e bar-

ração e obrigação do pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.

39 — Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.

40 — Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas, como suas outras propriedades, serão protegidas contra qualquer violação.

41 — Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, os bancos, o governo e as companhias imperialistas norte-americanas.

42 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Estimulo ao cooperativismo.

43 — Construção de sistemas de irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas secas, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.

44 — Abolição de todas as restrições ao livre trabalho dos pescadores. Ajuda pelo Estado aos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas, entrepostos, etc., e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca.

45 — Garantia pelo Estado de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, sem deixar de defender ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora.

I V

FORJAR NA LUTA A MAIS AMPLA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA E ANTI-FEUDAL

O governo de Vargas não cederá seu lugar sem luta. Os latifundiários e grandes capitalistas, serviçais do imperialismo americano, defenderão seus privilégios com unhas e dentes. Hoje os interesses dessas classes são representados por Vargas, mas podem ser representados por outro instrumento da mesma minoria opressora sem que isto mude a situação do Brasil. Seria também errôneo supor que por meio de golpes de Estado ou militares, de reformas parciais ou de eleições, sem tocar nas bases do atual regime reacionário, fosse possível livrar o Brasil da catástrofe que o ameaça e libertá-lo do jugo dos imperialistas americanos.

Sem o emprêgo da violência contra o povo, sem o apoio do opressor estrangeiro, o poder dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas americanos já não mais existiria no Brasil. Por isso, os cárceres estão cheios, as greves são esmagadas pela força das armas, a polícia intervém nos sindicatos, os partidos políticos legitimamente democráticos são colocados fora da lei, os direitos constitucionais são sistematicamente violados. Um regime de reação e terror é imposto ao povo pelas forças reacionárias.

Nestas condições, a luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros é indispensável para derrotar o governo de Vargas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional. Não há outro caminho para libertar o Brasil do jugo imperialista, para afastar do poder a minoria reacionária e realizar as transformações econômico-sociais necessárias ao progresso de nossa pátria.

São imensas as forças patrióticas e democráticas que se levantam por todo o país contra o atual governo de traição nacional e que já compreendem a necessidade urgente de salvar o Brasil da situação calamitosa em que se encontra. A sua frente está a classe operária que através de lutas memoráveis vem golpeando a reação e indicando às grandes massas populares, às mais amplas camadas sociais, o caminho da luta como a única saída para a situação de miséria crescente e de escravização que a todos aflige.

A vitória das forças patrióticas só será possível, no entanto, se elas se unirem, se fortalecerem, na própria luta libertadora contra a política de guerra, de fome e reação do governo de Vargas, a mais ampla frente única anti-imperialista e anti-feudal, a frente democrática de libertação nacional. Nessa luta libertadora, os operários e camponeses constituem a força principal e indestrutível. A aliança dos operários e camponeses é possível e necessária. Os operários ajudarão os camponeses, como aliados, na luta pela terra. Os camponeses ajudarão os operários, como aliados, em sua luta pelo melhoramento radical das condições de vida da classe operária. Esta aliança das forças fundamentais do povo brasileiro decidirá do destino do governo de Vargas e do regime reacionário que ele personifica.

Para substituir o governo de Vargas pelo governo democrático de libertação nacional, a aliança dos operários e dos camponeses unir-se-ão os intelectuais patriotas, cientistas, escritores, artistas, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais, que também sofrem com a atual situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores americanos. Unir-se-ão aos operários e camponeses, por idênticos motivos, os empregados no comércio, nos escritórios e

nos bancos, os funcionários públicos, as pessoas que trabalham por conta própria, os sacerdotes ligados ao povo, bem como os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais das forças armadas. A aliança dos operários e dos camponeses unir-se-ão os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes que sentem as consequências desastrosas do domínio americano e da política de traição nacional de Vargas, unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas americanos e sofrem os efeitos da política econômica e financeira de Vargas.

Em torno da grande aliança de operários e camponeses formarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa.

Esta frente democrática de libertação nacional, ampla e poderosa frente única de todas as forças anti-imperialistas e anti-feudais, será a garantia da salvação do Brasil, a única força capaz de implantar no país o regime democrático popular, de arrancar o Brasil da dominação americana e da situação humilhante em que se encontra, a única força capaz de conduzir nossa pátria a um futuro feliz e radioso.

O Partido Comunista do Brasil considera que lutar pela criação, ampliação e fortalecimento da frente democrática de libertação nacional é tarefa urgente e inadiável, dever de honra de todos os patriotas brasileiros.

O Partido Comunista considera indispensável unir desde já em todo o país as mais amplas massas populares, pessoas de todas as classes e camadas sociais que desejam lutar pela democracia e pela paz, contra a política de guerra, de

SOBRE O PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Depois de discutir o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, elaborado pela Comissão para este fim designada pelo Pleno do Comitê Central de fevereiro de 1952, o C. C. decide:

1 — Aprovar o projeto de Programa do P.C.B.

2 — Submeter o projeto de Programa ao exame do próximo Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Brasil, dezembro de 1953.

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

fome e reação do governo de Vargas, pela derrubada do atual governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional.

O Partido Comunista do Brasil apresenta este programa ao povo brasileiro, cujas gloriosas tradições de luta pela liberdade e a independência constituem a melhor garantia de sua realização. Dirigido pela sua classe operária, estreitamente ligada aos camponeses, o povo brasileiro realizará vitoriosamente este programa, tomará os destinos da pátria em suas próprias mãos, fará do Brasil uma grande nação próspera, livre e independente.

Os imperialistas americanos querem fazer do Brasil base principal para a completa colonização de todos os países da América Latina, mas o Partido Comunista do Brasil considera que o povo brasileiro tem todas as condições para ser vitorioso na luta patriótica contra o domínio escravizador dos Estados Unidos e pela democracia popular.

O Partido Comunista do Brasil conclama a todos os patriotas brasileiros a lutarem unidos para transformar este programa em realidade viva, para a felicidade de nosso povo e glória de nossa pátria.

Brasil, dezembro de 1953

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



"Firmas monopolistas norte-americanas controlam a maior parte das exportações de café e dominam o comércio, beneficiamento e as exportações de algodão".

SÔBRE O PROGRAMA DO P.C.B.

LUIZ CARLOS PRESTES

Camaradas!

Nesta reunião do Comitê Nacional de nosso Partido devemos dar por findo o trabalho de elaboração do projeto de Programa do Partido, projeto que será entregue ao conhecimento e à discussão de todo o Partido e, finalmente, submetido à aprovação do IV Congresso do Partido.

Com a elaboração deste documento científico, exposição resumida dos fins e tarefas de luta da classe operária em nosso país, damos uma nova e sólida base para toda a atividade de nosso Partido, passamos a dispor de um poderoso instrumento de trabalho.

Com este projeto de Programa abre-se uma nova etapa no desenvolvimento de nosso Partido. Damos um grande passo à frente e não há dúvida que, na medida que assimilarmos este Programa, sentir-nos-emos mais fortes e mais firmes para enfrentar os grandes acontecimentos que se aproximam. Esta a significação histórica do documento que devemos aprovar.

O projeto de Programa do Partido, ora em discussão, é justo porque se baseia na análise científica, à luz do marxismo-leninismo, da realidade brasileira no momento que atravessamos.

O projeto de Programa começa por caracterizar com justeza a situação econômica e política do Brasil. Revela o caráter semi-colonial do país e assinala com vigor que o problema mais grave que hoje enfrenta a nação brasileira reside no processo de crescente colonização do Brasil pelos imperialistas norte-americanos. O projeto de Programa mostra ainda como o Brasil se encontra sob o domínio dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos, que, com medo do povo, voltam-se para os monopólios norte-americanos, aos quais vendem o país em troca de apoio na luta que sustentam contra o povo, pela conservação do latifúndio e das sobrevivências feudais e escravistas na agricultura. Mas, de outro lado, os imperialistas norte-americanos, em sua política de subjugação do Brasil, apoiam-se no interior do país nos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros, cujo representante é, no momento, o atual governo de Vargas.

O projeto de Programa expõe com justeza a situação insuportável do povo brasileiro, em primeiro lugar do proletariado e dos camponeses, em consequência da situação semi-colonial e semi-feudal do país e da política de preparação para a guerra do governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas americanos.

O projeto de Programa assinala com clareza a inevitabilidade da luta revolucionária no Brasil e caracteriza com justeza a revolução brasileira, em sua atual etapa, como uma revolução anti-feudal e anti-imperialista. Quer dizer, o projeto de Programa limita-se, nas atuais condições do país, a levantar as massas populares do Brasil para a luta contra o domínio dos imperialistas norte-americanos e contra os latifúndios e as sobrevivências feudais e visa reunir em torno da classe operária todas as forças progressistas, democráticas, populares, libertadoras e nacionais do país.



Partindo disso, o projeto de Programa apresenta como tarefa principal a substituição do governo atual, governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos, pelo governo democrático de libertação nacional. "As transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja — afirma-se no projeto de Programa — só podem ser alcançadas com um governo do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena-burguesia e a burguesia nacional."

O projeto de Programa denomina ao novo regime de "democrático popular" e, no momento atual, ao novo governo de "democrático de libertação nacional". A essência do regime pelo qual lutamos é democrático popular, mas, diante das condições específicas atualmente dominantes no Brasil, é inteiramente justo denominarmos ao novo governo de democrático de libertação nacional porque a luta libertadora de nosso povo se dirige fundamentalmente contra o opressor estrangeiro, isto é, contra o imperialismo americano.

A libertação do país da dominação dos imperialistas norte-americanos, a realização da política de paz, a execução de transformações democráticas radicais, constituem o objetivo primordial do futuro governo democrático do Brasil. Levando justamente em conta que, nas atuais condições brasileiras, o imperialismo norte-americano é o principal opressor, o inimigo mortal do nosso povo, o projeto de Programa não coloca a questão da confiscação das empresas e capitais estrangeiros em geral, mas unicamente a confiscação dos capitais e empresas pertencentes aos monopólios americanos que operem no Brasil.

O projeto de Programa, entre as transformações democráticas revolucionárias que levanta, dá importância especial à realização da reforma agrária. Tendo em conta o estado de espírito das grandes massas camponesas, que desejam a posse da terra, que são

favoráveis à distribuição da terra em propriedade privada, o projeto de Programa não levanta o problema da nacionalização da terra, limita-se à confiscação das grandes superfícies de terra pertencentes aos latifundiários e sua distribuição gratuita entre os camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar.

Considerando que nas condições atuais do país e nas lutas do povo pela libertação nacional do Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos, uma grande parte dos capitalistas do país possa manifestar seu apoio ao povo ou, pelo menos, colocar-se em posição de neutralidade favorável ao povo, o projeto de Programa não levanta o problema da nacionalização dos bancos e das grandes empresas nacionais. Não lutamos, portanto, pelo confisco das empresas e dos capitais da burguesia nacional. No entanto, os grandes capitalistas que entrarem no caminho da traição à Pátria, ao lado do imperialismo americano, sofrerão as inevitáveis consequências, serão tratados como inimigos do povo. E' o que mostra o projeto de Programa quando acentua que os "grandes capitalistas que traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas americanos", terão seus capitais e empresas confiscados e nacionalizados pelo governo democrático de libertação nacional.

O projeto de Programa destaca com especial atenção toda uma série de medidas práticas importantes para que seja resolvida a situação aflitiva, de opressão, exploração, miséria e fome em que se encontra a classe operária. O futuro governo democrático de libertação nacional tem como um dos seus objetivos primordiais melhorar radicalmente as condições de vida da classe operária.

O projeto de Programa fixa o caráter do novo poder do regime político democrático popular. Define claramente as características democráticas de sua estrutura estatal que assegura plena liberdade para o povo.

Finalmente, o projeto de Programa coloca o problema da criação da frente única de

democrática das forças patrióticas populares e democráticas do país com a classe operária à frente. O governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos não cederá seu lugar sem luta. A vitória das forças patrióticas só será possível se elas se unirem em ampla frente única anti-imperialista e anti-feudal, em ampla frente democrática de libertação nacional, que se baseie na aliança dos operários e camponeses, força principal e indestrutível da revolução brasileira. A frente democrática de libertação nacional será a garantia da salvação do Brasil, a única força capaz de conduzir nossa Pátria e nosso povo a um futuro feliz e radioso.

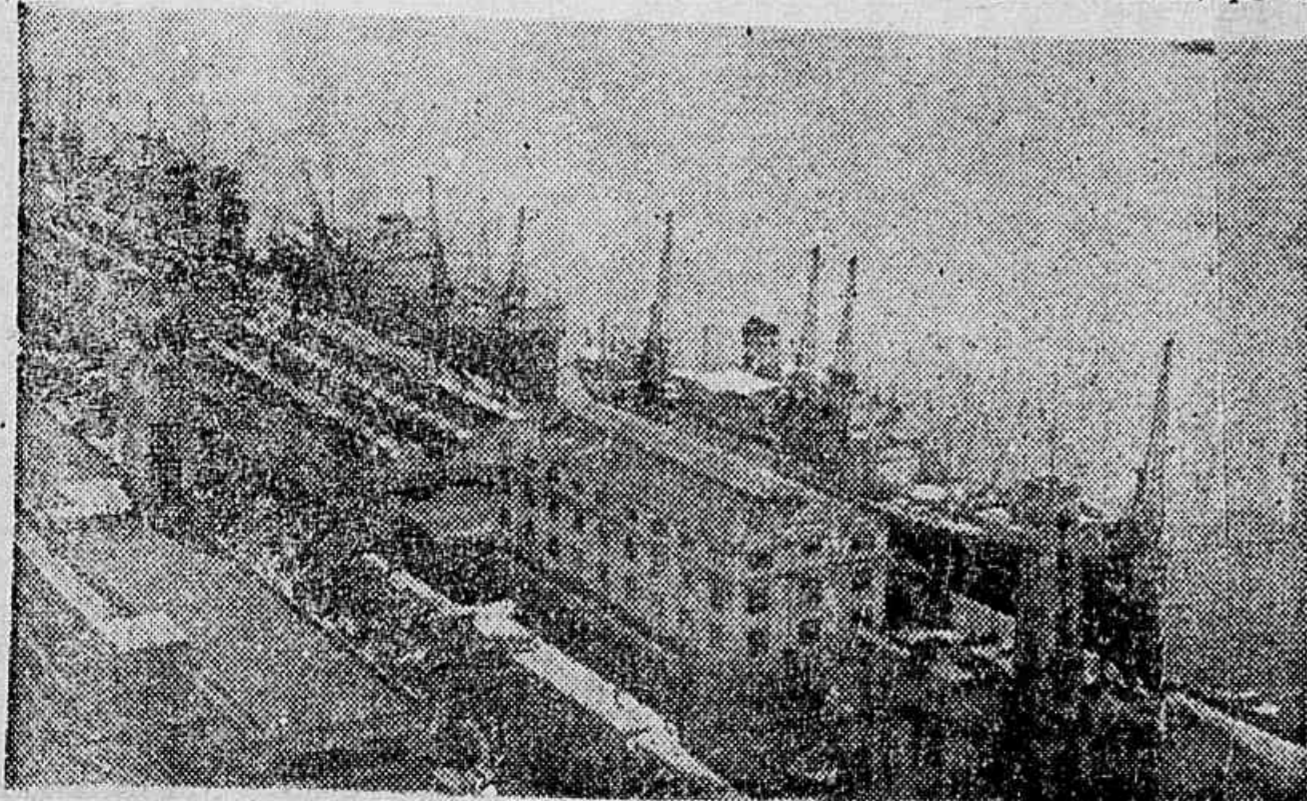
O projeto de Programa levanta efetivamente as reivindicações de todas as forças progressistas, libertadoras, nacionais, democráticas e populares do Brasil. Nestas condições, pode e deve ser transformado, pelos comunistas, de Programa do Partido em verdadeiro programa do povo brasileiro, de todas as forças capazes de lutar pela independência e pelo progresso da nação brasileira. Esta é importante tarefa dos comunistas, de cada membro do Partido, que precisa, para poder realizá-la, bem conhecer, estudar e assimilar o Programa do Partido.

Neste Comitê Nacional, ao aprovarmos e levarmos ao conhecimento do Partido, da classe operária e do povo brasileiro o projeto de Programa do Partido, precisamos, simultaneamente, assinalar com franqueza e que havia de falso e errôneo em nossas posições anteriores, particularmente em documento programático tão importante como o Manifesto de Agosto, que tem até agora servido de base para toda a atividade do Partido.

São grandes as diferenças entre os dois documentos, entre o novo projeto de Programa e o programa que apresentamos em 1950 com o Manifesto de Agosto.

Tomemos, por exemplo, um problema tão importante como o da posição do Partido diante da burguesia nacional. Enquanto agora proclamamos expressamente que "o governo democrático de libertação nacional não confiscará as empresas e os capitais da burguesia nacional", no programa de agosto de 1950 reclamávamos taxativamente a nacionalização dos bancos e de "todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional". Levantávamos ainda a "completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos". Isto significa que, enquanto no novo projeto de Programa não tocamos nas bases do capitalismo, em agosto de 1950 cometíamos o erro de não supor possível que uma parte considerável da burguesia nacional pudesse, nas condições de luta do povo pela libertação do jugo imperialista, tomar posição de apoio ao povo, ou, pelo menos, de neutralidade favorável ao povo. Não tínhamos, portanto, uma justa compreensão do caráter da revolução em nosso país em sua etapa atual. Se bem que não tivéssemos jamais deixado de reconhecer o caráter semi-colonial de nosso país, na verdade, ao formularmos o programa de agosto esquecemos a diferença entre as duas etapas da revolução nos países coloniais e dependentes. Mostrando em que consiste a base em que se apoiam os Partidos Comunistas ao fazer o exame dos problemas do movimento revolucionário nos países coloniais e dependentes.

(Continua na pág. seguinte)



"O comércio externo do Brasil acha-se sob o controle dos imperialistas americanos, que fixam preços de acordo com seus interesses, assumem a posição de intermediários na venda de alguns de nossos produtos, impedem ao Brasil manter relações comerciais com todos os países".



"Abandonados ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e semi-nus, morando em choupanas, dispõem apenas da enxada como ferramenta agrícola, milhões de camponeses vivem na miséria".

SÔBRE O PROGRAMA DO P.C.B.

(Continuação da pág. anterior)

Já ensinava, no entanto, o camarada Stálin, em 1927:

"Consiste em estabelecer uma nítida diferença entre a revolução nos países imperialistas, nos países que oprimem outros povos, e a revolução nos países coloniais e dependentes, nos países que sofrem a opressão imperialista de outros Estados. A revolução nos países imperialistas é uma coisa: néles, a burguesia é oprimida de outros povos; néles, a burguesia é contra-revolucionária em todas as etapas da revolução; néles, falta o fator nacional como fator da luta emancipadora. A revolução nos países coloniais e dependentes é outra coisa: néles, a opressão imperialista de outros Estados é um dos fatores da revolução; néles, essa opressão não pode deixar de afetar também a burguesia nacional; néles, numa etapa determinada e num determinado período, a burguesia nacional pode apoiar o movimento revolucionário de seu país contra o imperialismo; néles, o fator nacional, como fator da luta pela emancipação, é um fator da revolução.

"Não estabelecer esta distinção, não compreender esta diferença, identificar a revolução nos países imperialistas com a revolução nos países coloniais, significa desviar-se do caminho marxista, do caminho leninista, e colocar-se no dos partidários da II Internacional."

Sem partir desta base teórica não é possível determinar com justeza o caráter da revolução em nosso país. A direção do Partido não assimilara, suficientemente, esses ensinamentos básicos do leninismo e por isso, ao formular em 1950 o programa do Manifesto de Agosto, não levou em consideração todas as características da revolução democrático-popular nos países coloniais e dependentes, revolução anti-imperialista e anti-feudal.

Tomamos, assim, na prática, com o programa de 1950, uma posição sectária e "esquerdista" que se reflete noutras passagens daquele Programa, na linha geral do Partido e em sua atividade até o momento atual. Enquanto no novo projeto de Programa concentramos com justeza o fogo da luta nacional libertadora contra os imperialistas norte-americanos, no programa de agosto de 1950 levantávamos o problema da confiscação e nacionalização das empresas e capitais «pertencentes ao imperialismo» em geral, ampliando, assim, desnecessariamente, o campo dos inimigos da revolução. Enquanto no atual projeto de Programa definimos com a necessária precisão o caráter democrático do governo de libertação nacional e a estrutura do novo Estado, em agosto de 1950 esta questão fundamental não foi apresentada. O Manifesto de Agosto levava a uma interpretação não justa e esquerdista do caráter do novo regime e do governo pelos quais lutamos. Ainda em consequência da falsa compreensão que tínhamos do caráter da revolução em nosso país em sua etapa atual, não apresentávamos com justeza o problema da frente única e praticamente não incluíamos a burguesia nacional na frente democrática de libertação nacional, quando o caráter semi-colonial de nosso país exigia a unificação de todas as forças progressistas, democráticas, nacionais, populares e libertadoras para que possa ter sucesso a luta revolucionária anti-feudal e anti-imperialista.

O programa que apresentamos com o Manifesto de Agosto, como documento que serviu de base para toda a atividade do Partido até o atual momento, concorreu para alimentar as falsas posições sectárias e "esquerdistas" que vêm prejudicando toda a atividade de nosso Partido nos últimos anos. Como manifestações dessas tendências basta aqui citar o abstencionismo eleitoral, tão sensível nas eleições de outubro de 1950 e ainda presente nas eleições municipais de São Paulo em março de 1953; o abandono dos sindicatos e a falta de persistência na luta pela organização sindical das grandes massas trabalhadoras; a maneira mecânica de colocar entre as massas o problema do poder, a utilização de uma fraseologia "revolucionária" e o lançamento de palavras de ordem e de apelos que estavam longe da realidade e da correlação de forças de classe existente; a atividade "golpista" entre os camponeses, determinando lutas prematuras e desde o início em nível muito superior ao da consciência das grandes massas camponesas; o abuso do apelo à greve, iniciada muitas vezes sem condições de qualquer sucesso; a tendência a elevar o nível das lutas de massas, sem a preocupação primordial de ampliar e consolidar as organizações de massas, a incapacidade, ainda muito grande em nossas fileiras, de realizar um trabalho paciente e sistemático de massas, tendo em conta o nível de consciência das massas.

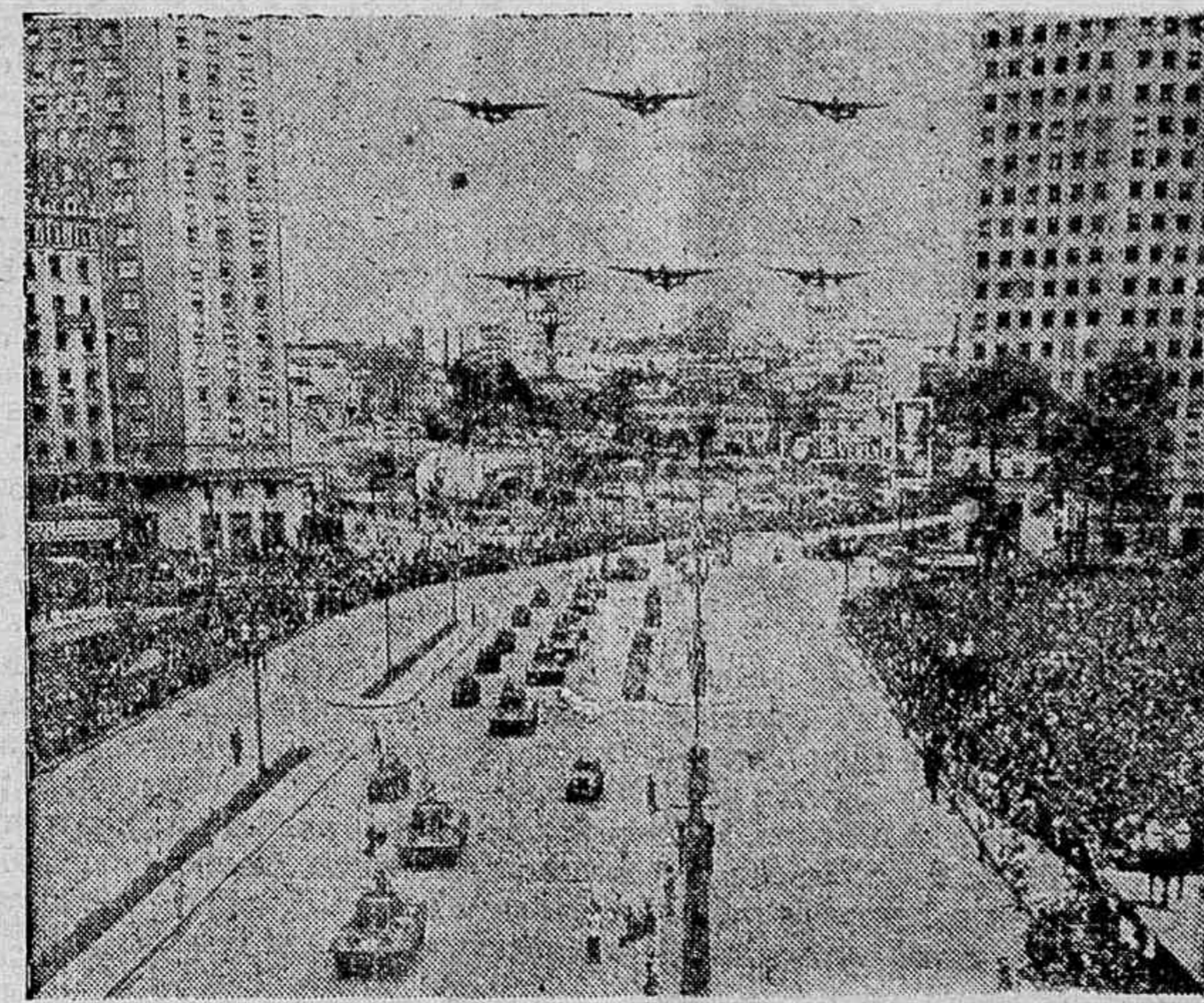
Chamando a atenção para essas posições errôneas, não queremos de forma alguma negar os êxitos alcançados em nossa atividade nos últimos anos. Mas, esses êxitos não

inferiores às possibilidades existentes e cada dia maiores.

O Manifesto de Agosto teve o mérito de haver permitido ao nosso Partido romper com os restos de reformismo que subsistiam em sua orientação política. Chamou a atenção de todo o Partido para o problema da luta pelo poder e justamente por isso contribuiu para que avallássemos mais concretamente nossas próprias forças e mais vivamente sentíssemos a necessidade de lutar pela formação ideológica do Partido. Por sua vez, os membros do Partido, em sua maioria, não pouparam esforços para levar à prática as tarefas de Agosto e demonstraram mais uma vez, diante da brutalidade da reação policial, seu espírito de sacrifício e o heroísmo de que são capazes.

Mas, na época, como se pode hoje verificar, pelos erros de que se ressentiu o Manifesto de Agosto, era ainda por demais insuficiente a assimilação pelos quadros dirigentes do Partido da grande doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Não soubemos, então, aplicar com acerto a teoria marxista-leninista ao estudo da realidade brasileira e, por isso, baseávamos, em boa parte, nossa atividade em concepções subjetivas, que nos levavam, ora ao empirismo, ora ao dogmatismo, ao paralelismo mecânico com outros países ou à repetição de fórmulas teóricas dentro das quais pretendíamos muitas vezes colocar à força a realidade objetiva. O subjetivismo nos levava a não dar suficiente atenção às experiências do movimento comunista internacional, às experiências do glorioso Partido Comunista da União Soviética, às experiências das democracias populares na Europa como da histórica vitória do povo chinês; nos levava a dar pouca atenção ao estudo das características específicas de nosso país e das leis de seu desenvolvimento; nos levava a subestimar o estudo da experiência das lutas de massas de nosso povo e a não cuidarmos da generalização de nossa própria experiência. Por isso, quando, a partir de 1948 e mais particularmente com o Manifesto de Agosto de 1950, começamos a fazer esforços no sentido de retirar nosso Partido de suas anteriores posições de direita, fomos levados às posições sectárias de "esquerda", igualmente errôneas e prejudiciais.

Foi porque não tememos reconhecer abertamente nossos erros, porque temos feito esforços para descobrir suas causas, procurando analisar atentamente a situação que lhes deu origem, bem como os meios de corrigi-los, que conseguimos avançar e elaborar o projeto de Programa que ora discutimos. Evidentemente, a luta contra as causas profundas de nossos erros está apenas em seu início. Muito ainda precisamos fazer para conseguir elevar com maior rapidez o nível teórico de nossos quadros dirigentes e intensificar a luta por sua formação ideológica. Com o novo projeto de Programa estamos agora melhor armados do que nunca para liquidar em nossas fileiras tanto os erros sectários e "esquerdistas", como os erros de direita.



"Os imperialistas norte-americanos, além da pilhagem das riquezas nacionais e da exploração desenfreada de nosso povo, querem arrastar o Brasil à guerra de agressão que preparam, não escondem a intenção de utilizar o povo brasileiro como carne de canhão".
"... Por esse caminho seria o povo brasileiro reduzido ao papel de mercenário dos exércitos imperialistas e arrastado à mais ignominiosa das derrotas. A história ensina que a guerra preparada pelos Estados Unidos contra a União Soviética, a China e as Democracias Populares, é uma aventura condenada de antemão e completa fracasso."



"Os milhões de operários brasileiros sofrem duras privações com a baixa do salário real, com as novas formas de exploração e com o desemprego que tende a se alastrar. Estabelecem-se o sistema de multas a pretexto de assiduidade ao trabalho. São anulados, um a um, seus direitos e conquistas sociais. As greves são reprimidas pela violência. O atual governo interveém nos sindicatos e nas eleições sindicais, coloca policiais e agentes dos imperialistas americanos em diretorias de sindicatos. Os operários vivem sub-alimentados, moram em casebres miseráveis, adoecem e morrem sem o necessário socorro médico. Entre eles grassam as enfermidades profissionais e a tuberculose. Os filhos dos operários não têm assegurada a instrução profissional e mal podem frequentar a escola primária."

A assimilação do novo Programa por todo o Partido exige que saibamos empregar com vigor a arma da crítica e da autocritica contra todas as manifestações de "esquerda" ou de direita em nossas fileiras, que saibamos fazer da crítica e da autocritica parte orgânica e inseparável da direção partidária e um método permanente de trabalho partidário. Só assim conseguiremos aplicar na prática os acertados princípios programáticos, estratégicos e táticos estabelecidos no novo Programa — documento científico que constitui um marco histórico na vida de nosso Partido e na marcha vitoriosa da revolução em nosso país.

A luta pela assimilação do novo Programa do Partido deve, pois, constituir um novo e poderoso fator para a consolidação orgânica, política e ideológica do Partido, para o fortalecimento da unidade do Partido, um importante fator enfim de ligação do partido com as massas.

18

Aprovado o novo projeto de Programa

do Partido, trata-se agora de levá-lo às grandes massas de toda a população do país, em primeiro lugar à classe operária e às massas camponesas. Esta é a nova e importantíssima tarefa de todo o Partido.

Nosso Programa não é um documento que interesse apenas aos comunistas e aos simpatizantes de nosso Partido. Os problemas que levanta são os problemas de nosso povo, são as questões que mais viva e diretamente preocupam, no momento que atravessamos, as vastas massas da população do país, desde os operários e camponeses até a burguesia nacional, aos patriotas e democratas de todas as classes e camadas sociais. Podemos impedir que se realize a completa colonização do Brasil pelos imperialistas norte-americanos, podemos libertar nosso povo da ameaça de guerra imperialista.

Nosso Programa indica, de maneira clara e convincente, a todos os patriotas, como libertar o Brasil do jugo imperialista, como fazer de nossa pátria a grande, próspera e poderosa nação que todos almejamos. A todo o povo brasileiro, que sempre lutou pela liberdade, mas que jamais conheceu a democracia de verdade, aponta o nosso Programa o novo regime de democracia para o povo e aponta com precisão o caminho para conquistá-lo.

Nosso Programa é sensível ao coração de todos os patriotas brasileiros, é o Programa de salvação nacional.

Sabemos, pois, camaradas, levar às grandes massas de toda a população de nosso país, com energia e decisão comunista, com entusiasmo e ardor patriótico, os grandes objetivos do projeto de Programa que agora aprovamos. E' esta, de agora em diante, para todos os comunistas, a tarefa primordial e importantíssima, uma tarefa permanente, cuja realização constituirá dever de honra de cada militante, parte integrante da razão de ser de sua própria vida e através da qual revelará suas verdadeiras qualidades de combatente revolucionário, de dirigente político de massas, que confia no poder criador das massas e sabe vencer com paciência e tenacidade.

E' preciso levantar as massas populares para a luta em defesa da paz, das liberdades democráticas, contra a opressão dos imperialistas norte-americanos, contra o governo de Vargas, pela independência e a soberania nacional e convencê-las, no curso das lutas, da justeza do Programa do Partido.

Necessitamos agora dedicar uma atenção especial ao trabalho de agitação e propaganda que passará a ter como centro de toda a sua atividade a luta organizada pela mais ampla difusão entre as grandes massas populares do projeto de Programa do Partido. Trata-se não apenas de levar às massas o documento impresso, em folhetos e volantes, o Programa íntegro ou parte dele apenas, mas de organizar o debate e a explicação do documento no seu todo e de cada um de

(Continua na pág. seguinte)

SOBRE O PROGRAMA DO P. C. B.

(Continuação da pág. anterior)

seus pontos. Neste sentido, a imprensa do Partido é o principal instrumento de que dispomos para fazer chegar ao conhecimento de todas as classes e camadas sociais o nosso projeto de Programa. Em todo o Partido, de cima-a-baixo, é ainda muito grande a subestimação do papel da imprensa como instrumento decisivo e insubstituível, capaz de levar às mais amplas massas a palavra de nosso Partido. Esta subestimação precisa ser rapidamente vencida se quisermos fazer com que o Programa do Partido chegue efetivamente e no menor prazo possível ao conhecimento de todo o nosso povo. Através da imprensa poderemos fazer a explicação diária dos diversos pontos do Programa, orientar o debate público, discutir em todo o país os resultados de conferências, mesas-redondas, etc., publicar "enquetes" e entrevistas, assim como divulgar as diversas questões tratadas no Programa por meio de artigos esclarecedores e de defesa do Programa. Enfim, é necessário e indispensável que com a difusão do Programa do Partido façamos a nossa imprensa dar um passo à frente no sentido de transformar-se em verdadeira imprensa do povo, especialmente da classe operária e das grandes massas camponesas, capaz de responder com presteza às indagações do povo, de difundir os sentimentos e as reivindicações das amplas massas populares, passe a cumprir a sua tarefa precípua de educador de massas, mobilizador e organizador do povo.

Mas, para levarmos o Programa do Partido às massas, para conseguirmos que ele se transforme em Programa de nosso povo, de todas as forças progressistas, nacionais e libertadoras, não basta a agitação e a propaganda. É indispensável a ação, a atividade permanente, constante e persistente dos comunistas entre as massas nos locais de trabalho e de residência, nas organizações de massas de toda espécie e, inclusive, o trabalho individual junto a cada homem ou mulher, jovem ou velho. Isto significa que precisamos dedicar uma atenção especial às organizações de base do Partido e tomar medidas práticas no sentido de conseguir com rapidez uma melhoria considerável de sua atividade. É muito débil ainda a vida política de nossas organizações de base e insuficiente os esforços no sentido da ligação com as massas.

É certo que temos conseguido alguns êxitos desde que começamos a dedicar maior atenção à organização do Partido nas empresas, mas grande número de organizações de base do Partido ainda vive voltada quase que exclusivamente para si mesma. A culpa de semelhante estado de coisas é fundamentalmente nossa, dos organismos dirigentes do Partido, a começar pelo Comitê Nacional, porque não temos dado às organizações de base uma ajuda mais eficiente, concreta e operativa e, em geral, nos conformamos com as debilidades existentes em nosso trabalho entre as massas, sob o pretexto de fraqueza de nossas organizações de base ou do baixo nível político e ideológico de seus dirigentes. A própria experiência, no entanto, já nos tem mostrado o que pode conseguir entre as massas um único militante que esteja senhor da linha do Partido, capaz de iniciativa e com espírito de responsabilidade.

O êxito de nossos esforços no sentido de levar o Programa do Partido às massas ou transformá-lo em programa do povo exige de nossa parte que consigamos simultaneamente fazer das organizações de base do Partido em cada empresa, em cada bairro ou concentração camponesa um verdadeiro dirigen-

te político de massas, capaz de despertar e mobilizar as massas, de unilas e organizá-las.

É indispensável, pois, acabar com a passividade e o conformismo, inculcar em nossas fileiras o sentido de responsabilidade coletiva e individual diante das tarefas do Partido, estimular o espírito de iniciativa e combater o oportunismo na prática dos que revelam horror às responsabilidades e só são capazes de agir sob a pressão de instruções e ordens de cima. Estudando o novo Programa do Partido, assimiladas suas teses e idéias centrais, cada comunista está armado, não só para levar o novo Programa às massas, como para ganhá-las para as posições defendidas pelo Partido e para levá-las à luta pelos objetivos do Programa.

O novo projeto de Programa coloca nosso Partido diante de tarefas imensas que exigem uma grande iniciativa de todos os militantes, assim como uma capacidade de direção cada vez mais ampla e mais eficiente em todos os escalões do Partido. Mas ganhar as massas para o novo Programa do Partido é, simultaneamente, avançar no caminho da organização da mais ampla frente democrática de libertação nacional. Uma coisa é inseparável da outra. Essa frente única anti-feudal e anti-imperialista, como afirma o projeto de Programa, «será a garantia da salvação do Brasil, a única força capaz de implantar no país o regime democrático popular, de arrancar o Brasil da dominação americana e da situação humilhante em que se encontra, a única força capaz de conduzir nossa pátria a um futuro feliz e radioso.»

Para avançarmos no caminho da frente democrática de libertação nacional, precisamos lutar pela unidade de ação em todos os terrenos, por ampliar e fortalecer as organizações de massas já existentes. As organizações do Partido e cada comunista devem tomar, com audácia, a iniciativa de agrupar nas fileiras da frente democrática todas as pessoas que por uma ou outra causa estão contra o imperialismo norte-americano, contra o governo de Vargas e sua política de preparação para a guerra, de traição nacional, de fome e reação policial contra o povo. Partindo sempre de um exato conhecimento das opiniões e reivindicações das diversas camadas da população, cabe aos comunistas saber indicar o caminho justo para resolver cada problema do povo e colocar-se, sem vacilações, à frente do povo na luta pela satisfação de suas necessidades. Compreender a importância e a necessidade da frente única e colocar o Partido em seu verdadeiro papel de vanguarda, não confundindo com a frente única — são dois requisitos indispensáveis

ao sucesso de nossos esforços no sentido de unir e organizar as massas. Pouco temos avançado até agora no terreno da organização das grandes massas, porque, de um lado, ainda são muito vivazes entre nós as tendências ao espontaneísmo e, de outro, a fazer, na prática, das organizações de frente única, organizações legais do Partido. A unidade de ação e a frente única de massas não surgirão espontaneamente e só prosperarão na medida em que os comunistas saibam dar exemplo de espírito democrático, abolindo quaisquer métodos de imposição. Para isso é necessário ter confiança nas massas e na verdade científica das soluções que apresentamos.

Só através de um trabalho cotidiano e sistemático, dirigindo efetivamente a luta pelos interesses imediatos das massas, utilizando as menores manifestações de protesto das massas operárias e camponesas, da intelectualidade, da pequena-burguesia e da burguesia nacional, é que conseguiremos criar a ampla frente democrática de libertação nacional, desmascarar o governo de Vargas e todos os demagogos a serviço dos imperialistas norte-americanos, ganhar a maioria da classe operária, desenvolver a aliança operário-camponesa e, sob a direção da classe operária, levar nosso povo, todas as forças progressistas e libertadoras do país, aos combates decisivos pelo poder democrático popular no Brasil.

Só com suas ações concretas poderá nosso Partido demonstrar às grandes massas populares que é na verdade um Partido de patriotas, de lutadores pela libertação nacional do jugo imperialista. Devemos demonstrar na prática, convencer ao povo brasileiro que só o nosso Partido pode salvar o país, que só o nosso Partido pode efetivamente resolver os graves problemas nacionais e dirigir as transformações radicais econômicas e sociais que reclamam os supremos interesses da nação.

Precisamos, portanto, não abandonar, por um instante sequer, a luta que vimos travando pelo fortalecimento de nosso Partido, quer dizer, pelo seu crescimento numérico, através de um recrutamento sistemático e organizado, e pela elevação constante do nível político e ideológico de seus quadros e militantes.



Camaradas!

Neste momento em que, com a aprovação do projeto de Programa de nosso Partido, erguemos bem alto a nossa bandeira de luta e nos colocamos com maior decisão e audácia à frente da luta de nosso povo pela

libertação nacional do jugo imperialista e pelo progresso do Brasil, nossos pensamentos se voltam para todos aqueles que nos 31 anos de vida de nosso Partido, enfrentando todos os sacrifícios, não pouparam esforços e, muitas vezes, nem a própria vida para defender com firmeza e dignidade os nossos princípios e lutar pela unidade do Partido.

Com o nosso projeto de Programa esclarecemos a classe operária, dirigente da revolução, sobre os seus objetivos e tarefas, e indicamos ao povo brasileiro o único caminho que lhe permitirá alcançar paz, pão, terra e liberdade, uma vida próspera e feliz.

Dirijo-me, por isso, na qualidade de dirigente comunista, na qualidade de quem sempre lutou pelo bem-estar do povo e pela independência da pátria, a todos os nossos concidadãos e a todos estendo fraternalmente a mão. O Brasil está cada dia mais ameaçado de completa colonização pelos imperialistas norte-americanos. A situação das amplas massas da população do país torna-se cada dia mais grave e insustentável. Nosso povo não se deixará matar de fome nem arrastar como gado de corte para as matanças imperialistas. Acontecimentos decisivos se aproximam, e, diante deles, ninguém poderá ficar neutro ou insensível. O Partido Comunista do Brasil apresenta o caminho da salvação nacional e dirige-se a todos os patriotas e democratas, independentemente de posição social, de crença religiosa, de partido político a que possam pertencer, e apela para que se unam para transformar este Programa em realidade viva para felicidade do nosso povo e glória de nossa pátria.

Camaradas!

O projeto de Programa que entregamos a todo o Partido é uma arma poderosa que se for bem utilizada há de canalizar a inquietude, o descontentamento e a luta dispersa dos operários e camponeses e das demais camadas de nosso povo para a cauda das ações unificadas de massas. Essas ações levarão à derrota o governo de Vargas, levarão à derrota os opressores imperialistas norte-americanos e seus agentes em nossa terra. Essas ações permitirão ao nosso povo conquistar uma vida livre e feliz, um governo efetivamente democrático e colocar o Brasil no lugar a que tem direito, como nação soberana e independente, entre os povos democráticos e amantes da paz, à cuja frente se encontra a gloriosa União Soviética.

Com o Programa do Partido, sob a direção do Comitê Nacional, marchemos unidos e coesos para a luta e para a vitória.

Sobre o Informe do Camarada LUIZ CARLOS PRESTES

1 O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, depois de ouvir e discutir, aprova unanimemente o Informe do camarada Luiz Carlos Prestes sobre o projeto de Programa do Partido.

2 O Comitê Central do P. C. B. chama a atenção de todas as organizações do Partido para as tarefas indicadas pelo Informe do camarada Prestes a respeito das medidas que devem ser tomadas em todos os escalões do Partido para levar o projeto de Programa do Partido ao conhecimento das mais amplas massas da população brasileira, em primeiro lugar à classe operária e às massas camponesas.

3 O Comitê Central do P. C. B. determina a mais ampla difusão do projeto de Programa do Partido. É preciso que se organize a mais ampla discussão do projeto de Programa tanto dentro como fora do Partido. Nenhuma organização do Partido, nenhum militante deve deixar de discutir profundamente o projeto de Programa. O projeto de Programa deve ser levado às fábricas, às fazendas, às escolas, aos bairros, de casa em casa, enfim a toda parte. Todos os patriotas e democratas, sejam quais forem suas opiniões políticas e suas crenças religiosas, homens e mulheres, jovens e velhos, devem ser convidados para o debate livre, democrático e honesto das idéias e soluções indicadas no projeto de Programa do Partido.

BRASIL, dezembro de 1953

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



«São imensas as forças patrióticas e democráticas que se levantam por todo o país contra o atual governo de tração nacional... A sua frente está a classe operária que através de lutas memoráveis vem golpeando a reação e indicando às grandes massas populares, às mais amplas camadas sociais, o caminho da luta como a única saída para a situação de miséria crescente e de escravidão que a todos aflige.»

A 28 de dezembro, o traidor Béria e seus cúmplices Merkúlov, Dekanózov, Kobúlov, Goglidze, Méshik e Vlodzimírski, depois de devidamente julgados e condenados pela Comissão Judicial Especial do Supremo Tribunal da União Soviética, sofreram a pena capital executada por um pelotão de fuzilamento.

O Supremo Tribunal julgou Béria nos termos da lei de 1.º de dezembro de 1934, referente às casos de espionagem. A presidência do Tribunal cabe ao marechal Koniev; assessorado por Chverník, ex-presidente da URSS; Zoldino, primeiro vice-presidente do Supremo Tribunal da URSS; Moskalenko, general do exército; Mikhailov, secretário do Comitê do Partido na região de Moscou; Kutchava, presidente da União dos Sindicatos da Geórgia Soviética; Gromov, presidente do Tribunal de Moscou e K. Lusev, vice-primeiro ministro do Interior.

Damos abaixo os retratos de Koniev, Chverník e Moskalenko e, ao lado, o texto da Pravda sobre a instrução do processo.



Marechal Koniev



Nicolai Shverník



General Moskalenko

Na Barra do Tribunal Da União Soviética

(Texto da "Pravda" sobre o processo contra Béria e seus cúmplices publicado a 17 de dezembro de 53)

NO dia 26 de junho de 1953, o Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S., depois de examinar o comunicado do Conselho de Ministros da U.R.S.S. sobre as atividades criminosas de L. P. Béria como agente do capital estrangeiro, atividades que visavam minar o Estado soviético, decidiu destituir L. P. Béria dos cargos de primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S. e de Ministros dos Assuntos Interiores da U.R.S.S., e entregá-lo à justiça. A oito de agosto de 1953, o Soviet Supremo da U.R.S.S. referendou o decreto do seu Presidium, de 26 de junho.

Presentemente, a Promotoria da U.R.S.S. terminou a instrução do processo contra o traidor da pátria, L. P. Béria.

A instrução do processo estabeleceu que Béria, aproveitando-se da situação que ocupava, organizou um grupo de traidores e conspiradores inimigo do Estado soviético. Este grupo tinha o criminoso objetivo de utilizar os órgãos do Ministério de Assuntos Interiores, tanto no centro como nos diferentes pontos do país, contra o Partido Comunista e o Governo da U.R.S.S. em proveito do capital estrangeiro e, com seus perversos desígnios, pretendia colocar o Ministério de Assuntos Interiores acima do Partido e do Governo para apoderar-se do Poder e liquidar o regime operário e camponês soviético com o fim de restaurar o capitalismo e restabelecer o domínio da burguesia.

Participaram ativamente do grupo traidor de conspiradores os seguintes acusados, ligados a Béria durante muitos anos pela atividade criminosa comum nos órgãos do Commissariado do Povo de Assuntos Interiores e do Ministério de Assuntos Interiores: V. N. Merkúlov, ex-ministro da Segurança do Estado da U.R.S.S. e, nos últimos tempos, ministro do Contrôlo do Estado da U.R.S.S.; V. G. Dekanózov, ex-chefe de uma das Seções do Commissariado do Povo de Assuntos Interiores da U.R.S.S. e, nos últimos tempos, ministro de Assuntos Interiores da R.S.S., da Geórgia; B. Z. Kobúlov, ex-vice-comissário do povo de Assuntos Interiores da R.S.S., da Geórgia, posteriormente vice-ministro de Segurança do Estado da U.R.S.S., e, nos últimos tempos, vice-ministro de Assuntos Interiores da U.R.S.S.; S. A. Goglidze, ex-comissário do povo de Assuntos Interiores da R.S.S., da Geórgia e, nos últimos tempos, chefe de uma das Seções do Ministério de Assuntos Interiores da U.R.S.S.; P. Y. Méshik, ex-chefe de uma das Seções do Commissariado do Povo de Assuntos Interiores da U.R.S.S. e, nos últimos tempos, ministro de Assuntos Interiores da R.S.S. da Ucrânia, e L. E. Vlodzimírski, ex-chefe da Seção de investigação de assuntos de especial importância do Ministério de Assuntos Interiores da U.R.S.S.

Durante muitos anos, Béria e seus cúmplices mascararam e ocultaram cuidadosamente sua atividade de inimigos e traidores. Depois do falecimento de I. V. Stálin, quando as forças reacionárias imperialistas intensificaram o trabalho de sapa contra o Estado soviético, Béria empreendeu ações aceleradas para alcançar seus criminosos propósitos, valendo-se em primeiro lugar dos órgãos do Ministério de Assuntos Interiores para assenhorear-se do Poder, o que permitiu descobrir em curto prazo sua verdadeira face de traidor da pátria e adotar medidas enérgicas para pôr fim à sua atividade hostil.

Feito ministro de Assuntos Interiores da U.R.S.S., em março de 1953, Béria começou a promover intensamente para diversos postos de direção do Ministério de Assuntos Interiores os componentes do grupo conspirador. Os conspiradores fizeram objeto de suas perseguições e represálias os trabalhadores honestos do Ministério de Assuntos

Interiores, que se negavam a cumprir as criminosas determinações de Béria.

Com o objetivo de minar o regime colonial e de criar dificuldades no abastecimento de produtos alimentícios em nosso país, Béria sabotou e impediu por todos os modos a aplicação de importantíssimas medidas do Partido e do Governo destinadas a conseguir o ascenso da economia dos colônias e sovcoses e a elevação contínua do bem-estar do povo soviético.

Ficou provado, igualmente, que Béria e seus cúmplices adotaram criminosas medidas para reanimar os restos dos elementos nacionalistas burgueses nas Repúblicas federadas semear a discórdia e a hostilidade entre os povos da U.R.S.S. e, em primeiro lugar, socavar a amizade dos povos da U.R.S.S. com o grande povo russo.

Carecendo de todo o apoio social dentro da U.R.S.S., Béria e seus cúmplices basearam seus cálculos criminosos no apoio ao complot de parte das forças reacionárias imperialistas do estrangeiro.

Como ficou provado agora, pela instrução do processo, Béria entrou em contacto com os serviços de espionagem estrangeiros já no período da guerra civil. Em 1919, achando-se em Baku, Béria traíu ao ocupar o cargo de agente secreto nos serviços de espionagem do governo contra-revolucionário mussavatista do Azerbaidjão, que atuava sob o controle dos órgãos de espionagem ingleses. Em 1920, encontrando-se na Geórgia, Béria cometeu um novo ato de traição ao estabelecer relações secretas com a polícia política menchevique da Geórgia, que era uma filial do serviço de espionagem inglês.

A instrução comprovou que, também nos anos posteriores, Béria manteve e ampliou sua secreta ligação criminosa com os serviços de espionagem estrangeiros através dos espões por eles enviados e que Béria algumas vezes, conseguiu salvar do desmascaramento e do merecido castigo.

Atuando como traidor da pátria e agente vendido aos serviços de espionagem estrangeiros, ao longo de toda a sua criminosa atividade e com a ajuda de seus cúmplices, Béria também manteve contacto secreto com os mencheviques contra-revolucionários georgianos emigrados, agentes de diversos serviços de espionagem estrangeiros.

Béria, que ocultava e disfarçava seu criminoso passado e suas relações de inimigo do Estado soviético com os serviços de espionagem dos Estados estrangeiros, adotou como método fundamental a calúnia, a intriga e as provocações de diversa índole contra os trabalhadores honestos do Partido e dos Soviets que se opunham aos seus desígnios hostis ao Estado soviético e que o impediam de guindar-se ao Poder.

Depois de ter chegado, com a ajuda desses métodos criminosos, a ocupar cargos de responsabilidade na Transcaucásia e na Geórgia e mais tarde no Ministério de Assuntos Interiores da U.R.S.S. e abrigando com propósitos de traição planos para se assenhorearem do Poder, Béria e seus cúmplices se desfizeram das pessoas indesejáveis para eles, não se detendo ante atos arbitrários e ilegais, e enganaram infamemente o Partido e o Estado.

A instrução do processo comprovou toda uma série de maquinações criminosas de Béria, destinadas a alcançar objetivos arrivistas e a impedir seu desmascaramento como inimigo. Assim, através da instrução se estabeleceu que Béria, para conseguir seus objetivos de traição e com o apoio de seus cúmplices, sustentou durante anos inteiras uma criminosa luta de intrigas contra Sérgio Ordjonikidze, destacado dirigente do Partido Comunista e do Estado soviético, no qual via um obstáculo à sua carreira e

à realização de seus desígnios de inimigo. Como se verificou agora, Sérgio Ordjonikidze desconfiava politicamente de Béria. Depois do falecimento de Sérgio Ordjonikidze, os conspiradores continuaram vingando-se cruelmente de sua família.

Durante a instrução do processo ficou provado também que os conspiradores cometeram assassinatos terroristas de pessoas que podiam desmascarar-lhes. Assim, Béria e seus cúmplices assassinaram M. S. Kedrov, membro do Partido Comunista desde 1902 e ex-membro do Presidium da Comissão Extraordinária da Rússia e do Conselho da Direção Política Unificada do Estado, em vida de F. E. Djerjinski. Os conspiradores tinham fundamentos para suspeitar que Kedrov dispunha de documentos sobre o passado criminoso de Béria. Foram provados igualmente outros assassinatos terroristas perpetrados pelos conspiradores com o criminoso objetivo de exterminar os quadros honrados e fiéis à causa do Partido Comunista e ao Poder Soviético.

Como estabeleceu a instrução do processo, Béria e seus cúmplices cometeram uma série de atos de traição com o propósito de debilitar a capacidade de defesa da União Soviética.

Os materiais da instrução do processo demonstraram que os componentes do grupo conspirador — os acusados Merkúlov, Dekanózov, Kobúlov, Goglidze, Méshik e Vlodzimírski, — vinculados a Béria pela atividade criminosa comum realizada durante muitos anos, cometeram a série de gravíssimos delitos contra o Estado acima assinalados, cumprindo toda espécie de tarefas criminosas determinadas por Béria e ajudando-o a ocultar e disfarçar seu passado criminoso.

Portanto, ficou estabelecido que os acusados Béria, Merkúlov, Dekanózov, Kobúlov, Goglidze, Méshik e Vlodzimírski, traidores da Pátria, atuaram como agentes do imperialismo internacional, como inimigos jurados do povo soviético.

No curso da instrução ficaram igualmente demonstrados outros delitos cometidos por Béria, que são um testemunho de sua profunda degradação moral, bem como atos criminosos com fins lucrativos e de abuso do poder realizados por ele.

Os acusados, desmascarados durante a instrução do processo pelas declarações de numerosas testemunhas e pelas provas baseadas em documentos originais reconheceram-se culpados de gravíssimos crimes contra o Estado.

Béria foi entregue ao Tribunal como autor do delito de traição à Pátria, de organização de um complot anti-soviético, da execução de atos terroristas e de luta ativa contra a classe operária e o movimento operário revolucionário, luta mantida por ele como agente secreto dos órgãos de espionagem do governo contra-revolucionário mussavatista no período da guerra civil, isto é, como autor de delitos previstos nos artigos 58-1 «b», 58-3, 58-13 e 58-11 do Código Penal da R.S.F.S.R.

Merkúlov, Dekanózov, Kobúlov, Goglidze, Méshik e Vlodzimírski foram entregues ao Tribunal como autores de delito de traição à Pátria, da execução de atos terroristas e da participação no grupo contra-revolucionário, traidor e conspirador, isto é, como autores de delitos previstos nos artigos 58-1 «b», 58-3 e 58-11 do Código Penal da R.S.F.S.R.

De acordo com o decreto do Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S., o processo contra Béria, Merkúlov, Dekanózov, Kobúlov, Goglidze, Méshik e Vlodzimírski deverá ser julgado por uma Sessão Especial do Tribunal Supremo da U.R.S.S. na forma disposta pela lei de 1.º de dezembro de 1934.

A Caminho da Conferência de Berlim

Enquanto a União Soviética cria todas as condições para o bom êxito do encontro, ansiosamente aguardado por todos os povos, o governo dos Estados Unidos esforça-se para impedir o desanuviamento nas relações internacionais

RESPONDENDO às chancelarias anglo-franco-americanas, o Governo soviético definiu o verdadeiro caráter que deve ter a futura reunião em Berlim e, ao mesmo tempo, criou todas as condições a seu alcance para o bom êxito da Conferência.

Diz a nota soviética: «O Governo soviético leva em consideração a concordância do Governo dos Estados Unidos quanto à convocação da Conferência dos Ministros do Exterior dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, URSS e França, em Berlim. O Governo da URSS reafirma a posição que definiu anteriormente, na questão da convocação da conferência dos Ministros do Exterior. Encara a importância desta conferência em conexão com a possibilidade de obtenção do atenuamento da tensão nas relações internacionais, conforme desejos por parte dos integrantes da conferência e

em conexão com a necessidade de garantir a segurança européia e eliminar a ameaça do ressurgimento do militarismo alemão.

«O Governo soviético registra a aceitação do Governo dos Estados Unidos em discutir a questão da convocação da conferência das cinco potências com a participação da República Popular China, em que os Ministros do Exterior das cinco potências podem naturalmente contribuir na mais alta medida para acerto dos problemas internacionais em evidência.

«Levando em conta a necessidade de preparativos adequados para a Conferência dos Ministros do Exterior, e também a importância de se assegurar condições apropriadas para a participação nesta conferência de todos os governos o governo soviético considera como data adequada para tal conferência o dia 25 de janeiro ou qualquer ou-

tro subsequente. Quanto ao edifício onde a mencionada conferência deverá reunir-se, pareceria conveniente decidir esta questão por acordo entre os representantes dos altos comissários das quatro potências em Berlim».

Reafirmando sua posição sobrejamente conhecida, os dirigentes soviéticos ressaltam em sua nota 26 de dezembro, a finalidade precípua do encontro que se destina a contribuir para o alívio da tensão mundial. A reação conhecida do Departamento de Estado foi inteiramente extemporânea. Em um comunicado oficial publicado no próprio dia da recepção da nota soviética, mostra-se irado e acusa os soviéticos de pretenderem estar melhor qualificada que os governos ocidentais sobre a data que melhor condiz com os interesses desses governos. Está claro, que por mais que se rebusque a nota soviética nada se encontrará nela que possa conestar a afirmativa oriunda de Dulles. O Governo soviético entende que a data de 25 de janeiro ajudará a «assegurar condições apropriadas para a participação nesta conferência de todos os governos». Todavia, os homens do Departamento de Estado estão nervosos porque as dificuldades reveladas nas eleições presidenciais francesas prenunciam nova crise ministerial depois de 17 de janeiro. Pretendem assegurar a guerra, e vem de ceder por recitamento de Laniel em Berlim, embora não seja certa sua presença na chefia do

ministério parisiense, depois do dia 17.

Em Berlim, como nas conferências de que participaram após terem desencadeado a «guerra fria», os governantes de Washington pretendem sabotar qualquer espécie de entendimento. Isto é, pretendem desvirtuar a própria finalidade da reunião. Daí o se apegarem a detalhes para torcê-los e não dizerem uma palavra sobre os temas fundamentais. Sobre esses, aliás, quais são as últimas posições americanas?

Na Europa, como «preparativos» para a Conferência exercem a maior pressão de que se tem notícia para a ratificação do Exército Europeu pela França: basta lembrar as desabusadas declarações de Dulles, seguidas e aprovadas pela de Eisenhower e a reunião do Conselho de «Defesa da Europa». Na Ásia, interromperam as negociações com a parte coreano-chinesa, relativa aos prisioneiros de guerra, e vem de ceder por empréstimo uma série de navios de guerra ao títtere Chiang Kai Chek. Ao mesmo tempo, Eisenhower anuncia em discurso oficial o reforço do poderio aéreo da ONU na Coreia.

Assim, enquanto os forjadores de guerra norte-americano lançam novas e perigosas manobras confusionistas, a União Soviética, apoiada por todos os povos, procura transformar em realidade as imensas possibilidades de consolidação da paz que ela construiu, passo a passo, durante anos, à frente do invencível e poderoso campo democrático.



Saudação de Prestes a Mao Tse-Tung Pela Passagem do Seu 60.º Aniversário

Por motivo do 60.º aniversário de Mao Tse-Tung, transcorrido em 26 de dezembro p. passado, Lúiz Carlos Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, enviou ao grande dirigente do povo da China, a seguinte saudação:

«Presidente Mao Tse-Tung

Pequim — China

Enviamos calorosa saudação ao camarada Mao Tse-Tung, grande chefe do provado Partido Comunista da China e guia do glorioso povo chinês, pelo seu sexagésimo aniversário.

Desejamos de todo o coração ao querido camarada longos anos de vida para a felicidade do povo chinês e novas vitórias da causa da paz e da libertação dos povos.

Atenciosamente LUIZ CARLOS PRESTES

Afundam-se as Tropas Colonialistas no Charco da «Guerra Imunda»

OS PATRIOTAS do Viet-Nam, em sua atual ofensiva, atigiram, no território do Laos, a cidade de Thakhek que os próprios comunicados franceses anunciavam ter sido evacuada. Nas operações que se desenrolam, o exército vietnamita visa expulsar definitivamente os imperialistas da Indochina, diferentemente do período anterior, onde o objetivo imediato foi o estabelecimento e o reforço da resistência aos opressores franceses.

O Laos é, como o Viet-Nam e a Cambodgia, vítima de uma guerra cruel posta em prática pelos mercenários franceses, financiados e armados pelos norte-americanos. Além disso, seu território é utilizado pelas tropas francesas para operações de ataque à República Democrática do Viet-Nam.

No território laociano desenvolvem-se há anos operações militares contra os imperialistas. O povo do Laos, diante do inimigo comum, selou com os patriotas vietnamitas e os da Cambodgia a poderosa aliança de combate que dia a dia apresenta novos êxitos.

Em face da fulminante ofensiva das forças de Ho Chi Min, que cortaram ao meio o território da Indochina, os imperialistas elocubram a extensão da guerra criando nesse recurso sua salvação. O governo títtere do Laos, onde também há um rei de opereta do tipo Bao Dai, apelou para a ONU na esperança de poder, com esse recurso erlar uma nova Coréia. Ao mesmo tempo, os governantes da Tailândia (Sião), onde reina o terror, concentram forças nas fronteiras do Laos, assumindo atitude ameaçadora para com os povos da Indochina.

Há dias, pouco antes de iniciar-se o oitavo aniversário da «guerra imunda», Ho Chi Min ofereceu a paz

aos franceses. A alternativa seria, em vez da expulsão dos invasores. Até agora, os governantes franceses não responderam às propostas de Ho, mostraram-se surdos às exigências do povo da França e preferiram prosseguir a guerra.

Assim, estão sendo tratados de acordo com suas preferências.



crônica internacional

A Resposta Soviética ao Discurso do Presidente Eisenhower

DESDE 1945, quando injustificadamente os norte-americanos lançaram seus ataques de canibais a Hiroshima e Nagasaki, o espectro da bomba atômica, brandida pelos grandes trustes, passou a ameaçar a vida e a tranquilidade dos povos.

Desde 1946, impulsionada pela União Soviética, a Assembléia Geral da ONU reconheceu por unanimidade a necessidade de proibir o uso de energia atômica para fins militares e a necessidade de um controle internacional dessa proibição. Entretanto, até agora, não foi possível realizar essa nobre decisão da ONU que corresponde ao interesse de todos os povos: os dirigentes norte-americanos, baseando-se no controle monopolista, que supunham imutável, das armas atômicas, sabotaram por todos os meios as possibilidades de pôr fora da lei as armas de destruição em massa. Pelo contrário, com o Plano Baruch procuraram, a um só tempo, garantir-se o uso e a fabricação de armamentos atômicos e a espionagem disfarçada sob o manto do «controle» em relação às pesquisas soviéticas.

Cedo terminou o monopólio atômico americano, graças à ciência de vanguarda soviética e à imensa capacidade industrial da URSS. Lançaram-se então os militaristas dos Estados Unidos à corrida em prol da estocagem e à fabricação de novos tipos de bombas de terror, como a bomba de hidrogênio. Também esse monopólio cessou.

Durante todos esses anos, a União Soviética defendeu indefectivelmente a paz e a segurança dos povos propondo concretamente as medidas necessárias a um acordo que afastasse a possibilidade de guerra atômica e, ao mesmo tempo, assegurasse a independência e a soberania das nações.

A política da URSS que se baseia em princípios e não na chantagem ou na ameaça aos outros povos não se modificou absolutamente pelo fato de, desde 1946, possuir ela a bomba atômica: continuou e continua a propugnar por sua proibição, como a única medida capaz de satisfazer ao interesse de todos os povos.

Recentemente, na Assembléia da ONU, o presidente Eisenhower, a título de contribuir para afastar o perigo atômico, reiterou as mesmas ma-

nobras diversionistas que sempre caracterizaram os passos da diplomacia americana sobre o assunto. Analisando o discurso do presidente americano, o Governo Soviético, em data de 21 de dezembro, assinala que: 1) «das reservas atuais de materiais atômicos e dos que serão produzidos no futuro, pretende-se separar uma pequena parte. Infere-se, portanto, que a parte principal dos materiais atômicos estará destinada, como antes, à fabricação de novas bombas atômicas e de hidrogênio, e que subsiste a ampla possibilidade de constituírem-se maiores reservas de armas atômicas e de se criarem novos tipos de armas de poder destruidor ainda maior»; 2) a proposta do presidente Eisenhower não limita de forma alguma a possibilidade de serem utilizadas as armas atômicas. Portanto, essa proposta não diminui o perigo de um ataque atômico».

A essa caracterização soviética os fautores de guerra norte-americanos não podem apor nenhum argumento baseado em fatos. Basta ler, por exemplo, o que escreve sobre o discurso de Eisenhower o comentarista Walter Lippmann, que, como se sabe, influi com grande peso no estabelecimento da política externa do Departamento de Estado. Escreve Lippmann (Diário de Notícias, 25-XII): «A nova proposta norte-americana não finge limitar ou mesmo regular o emprego das armas atômicas. Isso é um mérito».

O Governo Soviético, conforme ressaltava a nota, «considera, como sempre, que o problema mais importante e urgente é a proibição incondicional das armas atômicas e de hidrogênio, assim como a de outros tipos de armas de destruição em massa, com o estabelecimento simultâneo de estrita fiscalização internacional dessa proibição».

Um entendimento sobre tal assunto daria, inclusive, um grande alívio aos povos que suportam a carga dos armamentos e traduzida em altos impostos nos países capitalistas. E' para lutar por esses princípios que a URSS, embora o tom capcioso assumido pelo presidente dos trustes americanos, aceitou prontamente o início de discussões gerais ou privadas sobre a questão atômica, dedicando todos os seus esforços à tarefa de conseguir que essas armas nunca possam ser empregadas contra os povos.»

PRESTES, HOMEM DE PARTIDO

NO 50.º ANIVERSÁRIO DO CAVALHEIRO DA ESPERANÇA, O POVO BRASILEIRO SAUDA COM CARINHO E CONFIANÇA O DIRIGENTE MÁXIMO DO PARTIDO DA SALVAÇÃO NACIONAL, O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

SABES, cariocas e brasileiros, que sou comunista. O Partido Comunista do Brasil é o meu partido. Estas palavras de Prestes ecoaram profundamente por todo o país, até os mais longínquos rincões da pátria, soando como uma clarinada de luta e de vitória para milhões de operários e camponeses, apontaram um caminho justo e seguro para o povo, iluminaram os corações dos patriotas que lutam pela libertação nacional do Brasil.

Estávamos na noite memorável de 23 de maio de 1945 em que Prestes dirigia-se pela primeira vez ao povo, depois de sua longa prisão, nos cárceres getulistas do Estado Novo. O comandante glorioso da Coluna Invicta, o chefe do grandioso movimento patriótico da Aliança Nacional Libertadora e da heróica insurreição de 1935, o Cavaleiro da Esperança — mais forte do que todos os sofrimentos e torturas morais que lhe impuseram os vendilhões da pátria — voltava à praça pública nos braços do povo a cuja libertação, felicidade e bem-estar consagrou toda a sua vida, como homem de partido.

Falo na qualidade de membro e dirigente do único partido político verdadeiramente nacional que já existiu e existe em nossa terra.

DE CORPO E ALMA COM A CLASSE OPERÁRIA

A figura de Prestes se destaca como a do maior líder popular da nossa história. Ele é o mais alto intérprete dos mais profundos anseios das massas, encarna os interesses dos explorados e oprimidos, a consciência, a honra e o futuro da nação.

Na jornada épica da Coluna, ao longo de 30.000 kms. de marchas e combates através de 12 Estados, Prestes se convenceu da necessidade de uma profunda transformação para resolver os problemas do povo brasileiro. O estudo e a meditação, o contacto com o movimento operário revolucionário, a assimilação do marxismo-leninismo-stalinismo convenceram-no de que somente o proletariado pode dirigir a revolução, unir e organizar todas as forças patrióticas e progressistas para liquidar o latifúndio, libertar o país da escravidão imperialista e abrir o caminho para o progresso e a salvação do Brasil.

Prestes não jogou com o alto título de revolucionário, como fizeram tantos homens que com ele lutaram na Coluna. Tudo recusou — a anistia militar, a direção de movimentos políticos, o comando do movimento armado de 1930 — para ficar com o proletariado. Mesmo antes de sua filiação oficial ao Partido Comunista do Brasil, Prestes dirige toda a sua atividade de acordo com os princípios e as palavras de ordem do Partido Comunista. Desde o momento em que tomou a decisão, Prestes se identifica cada vez mais profunda e integralmente com a classe operária e seu partido. Tornou-se impossível conceber a atuação anterior de Prestes a não ser como a marcha de um grande patriota em direção ao único partido verdadeiramente nacional que existe no país. Impos-

sível, desde então, pensar em Prestes sem pensar no Partido, encarar a classe operária sem ver Prestes. O Cavaleiro da Esperança é inseparável da classe social chamada a realizar as melhores e mais altas esperanças do povo.

DESMASCARANDO OS MISTIFICADO- RES DE 30

Como é sabido, Prestes recusou a chefia do movimento armado de 30. Dirigiu-se à nação em histórico manifesto, alertando o povo: «Não nos enganemos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras, das fazendas e dos latifúndios e senhora dos meios de produção, e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada pelo levantamento consciente das mais vastas massas de nossas populações dos sertões e das cidades».

Dirige-se ao proletariado do sofrido das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos re-

volucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar».

Prestes denunciou o movimento armado de 30 como um movimento inspirado pelo imperialismo americano, desmascarou aos olhos do povo os demagogos e mistificadores que enganavam a nação.

Que nos mostram os fatos? A disputa entre os dois bandos rivais a serviço do imperialismo derramou sangue brasileiro em 1932 e pouco mais tarde, em 1935, aparecem todos unidos para reprimir selvagememente a luta pela libertação nacional. Getúlio aparece cada vez mais abertamente como carrasco do povo, ontem como seguidor de Hitler e Mussolini com o Estado Novo, hoje como lacão dos imperialistas lanques, os herdeiros de Hitler.

Onde estão os nomes que traficaram com o título de membros da Coluna? Juarez Távora arvorou-se em propagandista do entreguismo, advogando na prática pelos interesses da Standard Oil. Eduardo Gomes desceu tanto e a tal ponto que, hoje em dia, colocado por Getúlio na Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos, carre-



Nos dias gloriosos de 1945, ano da vitória dos povos sobre o nazismo, e do grande ascenso democrático em nossa terra, Prestes libertado da prisão pelo nosso povo participa de numerosas manifestações

gado a ignomínia de ser o executor do «acordo militar» de guerra e colonização de nossa pátria.

Ao denunciar o movimento de 30, Prestes depositou toda a sua confiança na classe operária, na união e na organização de nosso povo. Sob sua direção o movimento operário já atingiu a sua posição histórica de chefe da luta patriótica de todo o povo. E os homens que pretenderam «fazer a revolução antes que o povo a faça», chafurdam vergonhosamente no pantano da traição à pátria, do mais ignominioso servilismo ao domínio dos modernos opressores de povos, os incendiários de guerra norteamericanos.

PRESTES, CONS- TRUTOR DO PARTIDO

Um obstáculo se opõe aos designios infames dos vendilhões da pátria opressores do povo — o Partido Comunista do Brasil. O inimigo mortal do nosso povo, o imperialismo americano, dirige a política de seus lacaios que se empenham no vão objetivo de liquidar o Partido ou ao menos separá-lo das massas.

Mesmo no fundo cárcere, Prestes velava pela existência e pelo fortalecimento do Partido. Completamente isolado dos companheiros que organizaram e realizaram a histórica Conferência da Mantiqueira, Prestes fustiga com violência, fere fundo com seu sarcasmo arrasador a praga oportunista do liquidacionismo. Os liquidacionistas atacavam a organização do Partido a pretexto dos «perigos e provocações» do trabalho ilegal. Prestes consegue fazer sair da prisão uma carta em que diz: «Os que são contra o trabalho ilegal que se metam debaixo da cama e esperem ou desesperem, porque talvez nem mesmo os empregos que solicitam não lhes dê o governo».

Enfrentando os algozes do Tribunal de Segurança, em plena noite terrorista do Estado Novo, Prestes saudou a Grande Revolução Socialista de Outubro. Mais tarde, Senador da República, reafirma a posição internacionalista proletária dos comunistas contra uma tem-

pestade de provocações desencadeadas pela embaixada americana.

O solene juramento de Prestes — O POVO BRASILEIRO JAMAIS EMPUNHARÁ ARMAS CONTRA A UNIÃO SOVIÉTICA — foi o primeiro e profético brado patriótico contra a política de guerra em que hoje as classes dominantes aprofundam o país.

PRESTES NOS CONDUZ PARA A VITÓRIA

Quando nosso povo comemora mais um aniversário de Prestes — amanhã, 3 de janeiro, Prestes completará 56 anos — as saudações e votos de longa vida que lhe dirige estão impregnados de carinho, reconhecimento de confiança.

Neste 3 de janeiro colhe-mos inspiração e estímulo para lutar pelo arquivamento do monstruoso processo que, por intermédio de Getúlio, os americanos movem contra Prestes, para lutar pela anistia e pela legalidade do Partido de Prestes.

Não apenas evocamos os fatos marcantes de sua vida gloriosa, os feitos heróicos do general invencível do patriota incomparável do organizador sábio e incansável. Mais do que nunca sentimos a presença de Prestes, nos orgulhamos de tê-lo conosco, comandante ao leme, para as grandes lutas que já se iniciam. Nesta mesma edição publicamos o projeto de Programa do Partido Comunista, que o Comitê Central entrega à discussão do Partido e de todos os patriotas e democratas. Neste sábio documento que traça, com sabedoria leninista-stalinista, o caminho da salvação nacional do Brasil, vemos como amadurece e progride o partido do proletariado, como, sob o comando de Prestes, o Partido se coloca à altura de sua missão histórica.

A leitura e o estudo do Programa da Salvação Nacional descortinam um amplo horizonte de combates e vitórias, convocam à luta todas as forças vitais da nação, indicam a presença de Prestes.

Grandes lutas nos esperam. A direção de Prestes é um penhor de vitória.



23 de maio de 1945: Prestes dirige a palavra ao povo brasileiro no memorável comício do Estádio do Vasco da Gama.

Presente de Aniversário Do Povo a Luiz Carlos Prestes

VITORIOSA A CAMPANHA DOS 20 MILHÕES

Encerra-se amanhã, 3 de janeiro, a Campanha Nacional de Ajuda à Imprensa Popular. A cota inicial de 15 milhões foi galhardamente superada e agora, o povo oferece um presente de aniversário a Prestes — completa a nova cota de 20 milhões de cruzeiros.

A Campanha dos 20 milhões repercutiu em nosso país de norte a sul. Os brasileiros acolheram com alegria e entusiasmo o Apelo para dotar os jornais de Prestes dos recursos necessários para combater seus inimigos, desmascarar os jornais da reação sustentados pela Light, a Standard Oil e outras empresas imperialistas, pelo Banco do Bra-

si ou pelas caixinhas, jornais que se colocam contra os interesses do povo.

A campanha foi vitoriosa não somente porque atingiu o seu objetivo financeiro. Foi vitoriosa por ter conseguido movimentar grandes massas durante esses quatro meses, ter ganho as ruas, e trazido à luta ativa milhares e milhares de novos amigos para a imprensa popular, por ter contribuído para organizar o povo e os trabalhadores. A Campanha foi vitoriosa porque fez crescer a circulação dos jornais populares, por ter elevado em muito a consciência política das massas.

Entre as realizações políticas da campanha destacam-

se as grandes tiragens rapidamente esgotadas dos al-buns de Prestes. Al-buns caprichosamente confeccionados, com páginas e mais páginas ilustradas com passagens da vida do Cavaleiro da Esperança, dispostos de um elevado conteúdo político foram adquiridos aos milhares. O povo não só tem buscado contribuir financeiramente como também conhecer a vida de lutas do seu líder, o querido secretário Geral do P.C.B.

A vitória da Campanha dos 20 milhões foi uma prova indiscutível da confiança das massas, uma grande demonstração do apoio popular ao Cavaleiro da Esperan-

ça, aos comunistas e aos seus jornais, seus porta-vozes e defensores intransigentes dos seus interesses.

Foi uma batalha da qual saíram mais fortes o povo e os seus jornais e da qual publicaremos em nossa próxima edição um balanço completo. A confiança das massas e os recursos que nos deram aumentam nossa responsabilidade perante o povo. Com esse incentivo, com tão poderoso estímulo os jornais populares tudo farão para cumprir cada vez melhor sua honrosa e árdua missão de porta-vozes e intérpretes das lutas do povo brasileiro pela paz e a libertação nacional.